



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VI Legislatura**

**Número: 36**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 18 de Fevereiro de 1998**

**Presidente:** *Deputado Dionísio de Sousa*

**Secretários:** *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

### **Sumário**

*Os trabalhos tiveram início pelas 15,15 horas.*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se de imediato às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região. Assim, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados, João Luís Santos (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), João Cunha (*PSD*), João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), José Élio Valadão (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

#### **Período da Ordem do Dia**

Como primeiro ponto da ordem de trabalhos, discutiu-se e apreciou-se a **Anteproposta de Lei sobre "Empréstimos externos a contrair pela Região Autónoma dos Açores em 1998"**.

Usaram da palavra a Sra. Deputada Berta Cabral (*PSD*), bem como os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Elavai (*PS*) e o Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), a quem coube a apresentação do respectivo documento.

A Anteproposta de Lei foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria.

Em seguida, apreciou-se a **Proposta de Resolução sobre "Limite de Avais a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1998"**, a qual foi aprovada por unanimidade.

A apresentação da proposta acima referida coube ao Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), tendo ainda utilizado da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Posteriormente, discutiu-se a **Proposta de Resolução sobre a "Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1994"**, a qual foi aprovada por maioria.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Augusto Elavai (*PS*) e Berta Cabral (*PSD*).

Como 4.º ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Comité das Regiões"**.

Sobre este Pedido de Urgência usou da palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Por fim, foi apreciada a **Proposta de Resolução** referida no Pedido de Urgência supracitado sobre **"Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Comité das Regiões"**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

*(Os trabalhos terminaram às 20.10 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Eram 15.15 horas)*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, João Luís Santos, José Humberto Chaves, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Vasco Cordeiro; **PSD** - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Bolieiro, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt; **PP** - João Greves, Nuno Almeida e Sousa; **PCP** — Paulo Valadão)*

**Presidente:** Estão presentes 43 Srs. Deputados. Temos quorum para iniciarmos os nossos trabalhos.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura do expediente.

Têm a palavra os Srs. Secretários.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Requerimento do Sr. Deputado do Partido Social Democrata Aires Reis que diz o seguinte:

"Tendo em conta que o actual Regulamento das Touradas à Corda, da Região Autónoma dos Açores, encontra-se desajustado à realidade da Ilha de São Jorge;

Tendo em conta uma exposição feita pela Câmara Municipal da Calheta, sobre este assunto, em carta dirigida ao Exmo. Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente em Junho do ano passado, cuja cópia do processo segue em anexo;

Tendo em conta que se aproxima mais uma época taurina;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito a V. Exa. se digne obter respostas do Governo Regional às seguintes questões:

— Vai ou não a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente promover as alterações necessárias ao referido regulamento, por forma a adaptá-lo também à realidade da Ilha de São Jorge?

— A Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente compromete-se ou não a proceder a essa alteração em tempo útil, ou seja, antes do início da próxima época taurina?

Horta, Sala das Sessões, 17 de Fevereiro de 1998.

**O Deputado Regional:** *Aires Reis*"

**Secretário** (*José Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional, António Manuel Silva Almeida, um requerimento com o seguinte teor:

A política agrícola regional depende em certa medida e como é sabido, de mecanismos da União Europeia, designadamente, legislação comunitária e apoios financeiros que decorrem da integração na PAC.

O reconhecimento pela União Europeia do nosso Estatuto de Ultraperificidade permitiu a criação de meios diferenciados de apoio aos agricultores e agro-industriais regionais, designadamente com a criação do POSEIMA.

Em Julho de 1997, a Comissão Europeia, apresentou um documento designado "Agenda 2000", que efectua um diagnóstico da situação da agricultura na Europa, perspectivando as consequências da adesão dos países de leste e propondo medidas a adoptar pelos estados-membros após o ano 2000.

Foi tornado público, por intervenção do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e do Presidente do Governo Regional em reuniões da Assembleia Legislativa Regional, que foram tomadas posições do Governo Regional em meados de 1997, sobre todos os dossiers da "Agenda 2000", bem como em relação à prorrogação e modificação dos dossiers do POSEIMA/Agricultura.

Considerando que as matérias em questão se revertem de uma importância fundamental para o futuro da agricultura nos Açores e que sobre as mesmas já foram assumidas posições;

Considerando que se iniciou um processo de discussão da "Agenda 2000" aberto aos diversos intervenientes no sector;

Assim, o deputado subscritor requer ao Governo Regional ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte:

- 1) Cópia dos documentos remetidos ao Sr. Primeiro- Ministro com as posições do Governo Regional sobre a "Agenda 2000";
- 2) Cópia dos documentos emitidos sobre a prorrogação e modificação do POSEIMA/Agricultura;
- 3) Cópia dos documentos emitidos pelo Governo Regional junto de instituições da União Europeia sobre o documento "Agenda 2000", e o programa POSEIMA.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Fevereiro de 1998.

**O Deputado Regional:** *António Manuel da Silva Almeida*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Requerimento de um grupo de deputados regionais do PSD que diz o seguinte:

- "1) Considerando que o Governo Regional no seu programa se propôs reduzir os custos de funcionamento da Administração Pública Regional;
- 2) Considerando que em declarações públicas recentes o Presidente do Governo deu como exemplo dessa redução o número de Directores de Serviço e de Chefes de Divisão;
- 3) Considerando que os cargos superiores e de chefia da Administração Pública não se limita àquelas duas categorias, passando por inúmeros cargos equiparados, assessores e adjuntos;
- 4) Considerando a enorme quantidade de pessoas que tem vindo a ser requisitada ao exterior da Administração Regional;
- 5) Considerando que a nomeação de pessoas não vinculadas à Administração Regional acarreta encargos muito superiores aos que decorrem da nomeação de agentes da Administração Regional, cujo vencimento de carreira é já suportado pelo Orçamento Regional;

6) Considerando ainda que nem todos os lugares das orgânicas anteriores estavam preenchidos.

O Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, requer a seguinte informação:

— Número de Directores Regionais, Directores de Serviço, Chefes de Divisão e outras chefias atípicas, por Departamento Governamental;

— Número de Acessores e Adjuntos dos Membros do Governo;

— Listagem dos requisitados, destacados, avençados e/ou nomeados em comissão de serviço, por Departamento, data de requisição, local de origem e função que desempenham;

— Número de lugares de Directores de Serviço, Chefes de Divisão e chefias equiparadas que não se encontravam preenchidos em 31 de Outubro de 1996.

Horta, 17 de Fevereiro de 1998.

**Os Deputados Regionais:** *Berta Cabral, Duarte Freitas, Humberto Melo, Ana Carolina e António Almeida.*"

**Secretário** (*José Aguiar*): Do Sr. Deputado Regional, João Carlos Macedo, um requerimento com o seguinte teor:

"Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, tenho a honra de requerer a V. Exa. que pelo Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, me seja dada resposta às seguintes questões:

1.<sup>a</sup> Em que situação se encontra o processo de adaptação à Região Autónoma dos Açores da legislação comunitária sobre a agricultura biológica?

2.<sup>a</sup> Para quando se prevê a aprovação, publicação e entrada em vigor da mesma legislação?

Antecipadamente agradeço.

Com os melhores cumprimentos.

Horta, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 18 de Fevereiro de 1998.

**O Deputado Regional:** *João Carlos Macedo*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados António Manuel da Silva Almeida, Francisco Xavier Araújo Rodrigues e Ana Carolina Gomes da Silva.

"Assunto: Limpeza e desobstrução de ribeiras em São Miguel.

Na sequência do requerimento apresentado à Assembleia Legislativa Regional, pelos Srs. Deputados António Manuel da Silva Almeida, Francisco Xavier Araújo Rodrigues e Ana Carolina Gomes da Silva, do Partido Social Democrata sobre o assunto em referência, incumbe-me Sua Exa. o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente de informar V. Exa. do seguinte:

1. Desde logo, convém ter em atenção que cada quilómetro de ribeira desobstruído equivale em média à desobstrução de mais de 10 kms de acessos, aumentando o grau de dificuldade à medida que se avança para montante, a volumetria dos materiais a remover dificulta os trabalhos e demora a sua execução, estamos perante linhas de água de curso permanente e de caudais variáveis, os trabalhos revestem elevado risco pela dificuldade de fuga em situações de emergência e pela imprevisibilidade de aluimento de taludes, a inacessibilidade de equipamentos mecânicos obriga à execução manual de todo o trabalho;

2. Nessas condições, foram as seguintes ribeiras e grotas da Ilha de São Miguel objecto de limpeza efectuada pelos serviços desta Secretaria Regional ou por empresas privadas, contratadas pela Direcção Regional do Ambiente, desde os temporais de Dezembro de 1996, numa extensão global que ultrapassa os 600 kms:

**a) Concelho de Ponta Delgada:**

Ribeira das Lajes, na Covoada; Grotas das Capelas, Covoada, Relva, Ginetes, Feteiras e Santo António;

**b) Concelho da Lagoa:**

Ribeira de Santiago, em Água de Pau; Ribeira das Barracas, em Água de Pau;

**c) Concelho da Ribeira Grande:**

Ribeiras do Porto Formoso; Ribeiras de São Brás; Ribeiras da Ribeira Grande; Ribeiras da Ribeira Seca; Ribeira das Gramas;

**d) Concelho da Povoação:**

Ribeira do Salto do Fojo; Ribeiras do Faial da Terra; Ribeira dos Tambores; Ribeira Quente; Ribeira do Poiso dos Pombos e afluentes; Ribeira do Rosal; Ribeira da Alegria; Ribeira das Funduras; Ribeira dos Lagos; Ribeira do Purgar; Ribeira dos Bispos; Ribeiras da freguesia de Água Retorta;

**e) Concelho de Vila Franca do Campo:**

Ribeira das Tainhas; Ribeira do Sanguinho; Ribeira da Palmeira; Ribeiras da freguesia de Ponta Garça:

**f) Ribeiras do Concelho de Nordeste.**

3. Em algumas das referidas ribeiras ou grotas efectuaram-se duas e até mesmo três intervenções de limpeza das linhas de água;

4. Paralelamente aos trabalhos de limpeza, procedeu-se à construção e/ou reconstrução de muros, correcção de leitos, protecção de fundações, em vários cursos de água, por toda a Ilha de Miguel;

5. Como já foi supra-referido, desde o mês de Dezembro de 1996, que a Direcção Regional do Ambiente mantém no terreno cerca de 70 (setenta) trabalhadores, distribuídos em equipas formadas por 5 ou 6 elementos, para além de serviços contratados a empresas privadas.

6. Por forma a prevenir situações futuras, manter-se-á uma política de limpeza regular dos cursos de água, aliada à construção de muros, correcção de leitos, entre outras intervenções que, em concreto, se mostrem adequadas às situações, visando sempre a segurança das populações e respectivos bens.

Com os melhores cumprimentos e consideração.

**O Chefe de Gabinete:** *António Manuel dos Santos Raposo*

**Secretário** (*José Aguiar*): Da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Jaime Medeiros, Humberto Melo, António Manuel da Silva Almeida e Sidónio Bettencourt, do Partido Social Democrata, sobre "Problemas da adjudicação da obra de construção do parque desportivo da Ribeira Grande" do seguinte teor:

"Em referência ao ofício supracitado, e em aditamento ao nosso ofício n.º 13971, datado de 97/11/26, encarrega-me sua Excelência, o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos de informar V. Exa. do parecer desta Secretaria Regional



relativamente às questões levantadas pelos Srs. Deputados Jaime Medeiros, Humberto Melo, António Manuel da Silva Almeida e Sidónio Bettencourt, do Partido Social Democrata:

### **1. Deferimento entre a data de adjudicação e a data de celebração do contrato:**

A empreitada em referência foi adjudicada, após concurso público, cujo acto público ocorreu em 15 de Dezembro de 1993, pela Resolução n.º 173/96, de 29 de Agosto.

Como deverá ser do conhecimento dos requerentes, o Plano para 1996, dotava esta acção com uma verba de apenas 20.000 contos, a qual permitiria o início da empreitada nos finais do ano de 1996.

Porém, sendo o ano de 1996, aquele que encerrava o Plano a Médio Prazo, cuja aprovação provavelmente ocorreria para além do final do 1.º trimestre de 1997.

Neste contexto, no cenário de iniciar a obra no final de 1996, a mesma sofreria no ano seguinte, até à aprovação do Plano a Médio Prazo 97/2000, fortes restrições financeiras decorrentes do regime duodecimal, com consequências financeiras para a Região Autónoma, decorrentes de juros de mora nos pagamentos, ou descaracterização da proposta adjudicada e conseqüentemente do concurso.

Assim, achou-se conveniente aguardar pela aprovação do PMP 1997/2000, que não veio a acontecer, sendo apenas aprovado em 27/05/97 o Plano de 1997.

### **2. Sobrecustos resultante do atraso no início dos trabalhos.**

Em primeiro lugar, é de referir que as correcções das propostas (ou actualizações) e revisões de preços, são instrumentos legais que repõem preços de uma data anterior para o momento presente, pelo que não traduzem em si o sobrecusto das obras.

Para o caso do equipamento público, será mais correcto falar em custo, ou sobrecustos, social, decorrentes do atraso na data de disponibilização do mesmo, em termos de benefícios que esta infraestrutura irá proporcionar aos cidadãos do Concelho da Ribeira Grande.

Atendendo que intenção dos requerentes é conhecer o montante de correcção da proposta, nos termos previstos no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 235/86, de 18 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 320/90, de 15 de Outubro, a seguir apresenta-se tal cálculo:

1. Data de abertura de propostas: 15 de Dezembro de 1993;

2. Valor da adjudicação: 304.671.214\$000, a acrescer o IVA;
3. Correção devida correspondente ao período compreendido entre o concurso e a adjudicação:  $304.671.214\$00 \times 0.238 = 72.511.749\$00$ . (ver cálculo de taxa em anexo);
4. Correção devida ao período entre a adjudicação e data do contrato  $304.671.214\$00 \times (1.238 - 1.178) = 18.280.273\$00$ .

### **3. Direcção Regional responsável pelo empreendimento:**

A Direcção responsável pelo empreendimento é a Direcção Regional de Obras Públicas.

Com os melhores cumprimentos.

**A Chefe de Gabinete:** *Maria da Conceição Morais Monteiro.*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Da Presidência do Governo, resposta a requerimento do Sr. Deputado Aires Reis sobre "Apoio à habitação degradada em S. Jorge", remetendo um quadro dos apoios concedidos à habitação na Ilha de São Jorge no período compreendido entre Novembro de 1996 a Novembro de 1997.

*\* ( O quadro mencionado encontra-se arquivado no respectivo processo)*

**Secretário** (*José Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece as condições em que podem ser prorrogados os contratos administrativos de provimento do pessoal médico após conclusão do internato complementar".

Baixou à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para parecer.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que aprova o "regulamento sobre construção e modificação das embarcações de pesca de comprimento entre perpendicular inferior a 12 metros".

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano para parecer.

**Presidente:** Terminada a leitura da correspondência, não havendo na Mesa quaisquer votos, vamos passar ao ponto 3 do Período de Antes da Ordem do Dia, destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Santos.

**Deputado João Santos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, na figura do Sr. Presidente desta Assembleia, saudar todos os presentes, certo de que partilhamos o objectivo comum de, com responsabilidade, serenidade e empenho, contribuir para o desenvolvimento e bem estar da população que nos elegeu.

O sistema parlamentar que vigora na Região, de que a Assembleia é o seu espelho e a sua emanção, assume particular importância na actual Legislatura.

Fruto de um acto eleitoral que, por via do sistema vigente, não conferiu maioria absoluta a nenhuma força partidária, o papel desta Assembleia, é tanto mais importante quando sobre ela recai a missão de dar voz aos anseios e expectativas dos cidadãos que a elegeram.

Ao assumir as funções de Deputado eleito pela lista do Partido Socialista na Ilha Terceira, estou consciente das responsabilidades que sobre mim recaem.

É com indisfarçável orgulho, confesso, que assumo este desafio. Como deputado pertencente ao Grupo Parlamentar que apoia e suporta o actual Governo Regional, serei um observador atento e participativo no quotidiano da Região e, especialmente, da Ilha que represento.

O respeito que me merece quem, em Outubro de 1996, votou maioritariamente no Partido Socialista e o incumbiu de formar Governo, pautará sempre a minha actuação e a minha postura.

Estou certo, aliás, de que este é o entendimento de todos os meus colegas de bancada. Apoiarei, sem reservas, todas as medidas conducentes à melhoria da condição de vida dos açorianos, mas serei crítico e reivindicativo para que as mesmas sejam levadas à prática e debatidas nesta Assembleia, não olhando a quem as propõe.

Assim, permitam-me desde já saudar de uma forma muito sincera algumas medidas que têm sido tomadas por este Governo, relativamente ao assunto que me traz hoje a esta tribuna, os cidadãos portadores de deficiência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Num passado infelizmente não muito distante, ser portador de deficiência era estar condenado, desde muito cedo, a uma exclusão social reveladora de uma constrangedora falta de sensibilidade cultural e social e, porque não dizê-lo, de uma falta de visão do que devem ser os padrões de desenvolvimento e de cultura numa sociedade que se quer moderna. Só neste contexto se poderão entender as palavras de um ex-governante com responsabilidades na área da Segurança Social e que terminou com elevadas responsabilidades na área da educação que, aquando de um Seminário sobre Reabilitação, comparou a reabilitação de um deficiente à reconstrução de uma cidade após um sismo.

No que à deficiência diz respeito, as preocupações dos nossos governantes não se podem quedar por opções de natureza político-partidária e pelo incremento de uma política de obras de "fachada", muitas vezes feitas em condições de duvidosa qualidade, com o único objectivo de obter benefícios eleitorais. Um governo não pode ser julgado apenas pela obra que faz e que tem visibilidade imediata, mas deve sê-lo também pelo que executa e promove junto dos que, infelizmente, ainda vivem isolados, estigmatizados e colocados à margem do sistema.

Imbuídas por uma sensibilidade social e por uma visão abrangente dos padrões de desenvolvimento, as medidas que o actual Governo tem vindo a tomar nesta área, de que são exemplo o apoio à criação e desenvolvimento de Cooperativas de trabalho protegido, a criação do Conselho Regional para a Integração e Cidadania, a cooperação com as associações de apoio às famílias e jovens com deficiência, não só são dignas de aplauso, como reflectem uma postura diferente no modo e na forma como a deficiência deve ser encarada. E isto, Senhoras e Senhores Deputados, deve ser digno de registo e de congratulação.

No que à educação em particular diz respeito, não era mais admissível, sob pena de assumirmos a postura de avestruz, separar o sistema educativo em dois ou mais subsistemas, consoante o tipo de alunos a que se dirige.

Assistia-se passivamente à crença e às práticas pedagógicas consonantes, de que o ensino regular é dirigido a crianças e jovens com desenvolvimento homogéneo e semelhante, devendo os outros, por alguma diferença de natureza cognitiva, cultural

ou de personalidade, serem segregados para outro tipo de ensino ou para os currículos alternativos.

A educação dos alunos com necessidades educativas especiais, implica um processo que em muito ultrapassa a colocação pura e simples das crianças e jovens em escolas de ensino regular, pois se mais não for feito, a consequência mais provável será o desenvolvimento de atitudes discriminatórias que todos nós conhecemos num ou noutro caso. A educação destes alunos deve antes ser orientada pelos princípios de igualdade de oportunidades educativas e sociais.

Sente-se a necessidade de reivindicar as práticas pedagógicas, modificar factores e alterar estruturas, por forma a garantir que todas as crianças e jovens usufruam de um ensino de qualidade, que lhes permita nele participarem de acordo com as suas características pessoais, desenvolvendo o máximo das suas capacidades autonómicas. Percebendo que não era possível caminhar e perseguir o objectivo de uma escola inclusiva, sem se reorganizar a administração escolar, de forma a que a educação especial seja uma parte integrante da educação em geral, e tendo presente que o direito de igualdade de oportunidades para qualquer ser humano, independentemente das características do seu desenvolvimento e cultura, deve constituir a base para a elaboração de legislação, esta Assembleia, por proposta do Governo, aprovou em 28 de Novembro, o Decreto Legislativo Regional n.º 2/98/A, que "cria a direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas do 1.º ciclo do ensino básico".

No sentido de reformar efectivamente o ensino e alterar os indicadores actuais no âmbito da segregação e exclusão, é necessário que se consagre o dever da escola de ensino regular ser responsável pelo processo de ensino e aprendizagem de todas as crianças que constituem a real população de cada escola.

Mas, porque a integração escolar só se pode considerar bem sucedida se for criado na escola um contexto adequado às aprendizagens, com todas as condições exigidas para a criança com necessidades educativas especiais, bem como para os respectivos colegas, porque a integração não se pode transformar numa forma subtil de exclusão, em que as crianças são integradas e posteriormente as condições existentes não acompanham as suas necessidades, porque é necessário apoiar e orientar os

professores do ensino regular, sobre quem deverá recair a responsabilidade da educação e evolução das crianças e jovens com necessidades especiais de educação, é simultaneamente fundamental a integração dos docentes da educação especial e a criação de núcleos de educação especial, por forma a que as escolas disponham de centros de recursos, bem como de professores e técnicos especializados.

Claro que, presentemente, a oferta de forma alguma acompanha as necessidades, assim, é imprescindível criar condições para a formação de mais técnicos especializados e, simultaneamente criar condições para a sua integração nos quadros da Região.

Integrar depende fundamentalmente das necessidades da criança. Embora a integração seja essencial, esta deve ser ponderada em função da investigação e não em função de uma ideologia, na medida em que importante é o indivíduo e não o sistema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O problema da deficiência tem de deixar de ser um problema de alguns, com o qual poucos se preocupam. A deficiência é um problema social com o qual todos temos a obrigação de nos preocuparmos e em relação ao qual devemos, unindo esforços, agir, certos de que, ao contrário do que alguém disse no passado, ao contrário do que muitos infelizmente ainda pensam no presente, os portadores de deficiência não são filhos de um deus menor.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para prestar esclarecimentos.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Santos:

É com muito gosto que cumprimentamos e lhe damos as boas vindas a este Parlamento Regional.

Na parte inicial da sua intervenção, o Sr. referiu — e aproveitou a oportunidade, porque já ontem, naquele pequeno debate que aqui assistimos, essas matérias andaram de certo modo subjacentes nesta Assembleia — que por via do sistema eleitoral vigente, o Povo dos Açores não tinha conferido uma maioria absoluta a nenhuma força política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queríamos deixar aqui clara a nossa perspectiva de que não foi por culpa do sistema que o Povo dos Açores não deu nenhuma maioria absoluta desta vez a nenhum partido nos Açores.

Eu diria que neste caso, a culpa deve ter sido mais do PP e, eventualmente, até do PCP, para que essa maioria absoluta não tenha ocorrido. É uma questão de fazer contas.

Com certeza que quem está nesta Casa há 14 ou 16 meses já fez contas e notou que para além dos Deputados do PS e dos Deputados do PSD, existem mais 4 Srs. Deputados nesta Assembleia Legislativa Regional. Naturalmente, que estes 4 Srs. Deputados fizeram falta para completar os scores que inicialmente o PSD poderia desejar ou até mesmo o PS.

O que aconteceu nessas eleições, que foram eleições para escolher 52 deputados para preencherem lugares na Assembleia Legislativa Regional dos Açores — não foram eleições para escolher o Governo Regional, nem para escolher o Presidente do Governo Regional dos Açores como infelizmente nesta Região já há alguns anos se vem insistindo e parece que o método faz carreira junto de alguns — foi que a escolha foi clara.

O Povo dos Açores, em resultado da sua votação, deu 24 deputados a um partido, 24 deputados a outro, 3 a outro e 1 a outro. Isto é, houve um empate.

Quero lembrar aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente e aos Srs. Membros do Governo, que se há força política que bem gostaria que houvesse proporcionalidade entre o número de votos e a sua tradução em deputados, era o Partido Popular e seria também o CDS que ao longo dos anos viu sempre esse mecanismo de tradução de percentagem em deputados, penalizar essa conversão. Tanto é que pela nossa

percentagem, se ela fosse proporcional teríamos aqui 4 deputados. A bancada começava já a não ter lugar na frente.

No passado, quando tivemos 2 teríamos tido 3 e muitas vezes quando tivemos 1 teríamos tido 2.

Relativamente à proporcionalidade julgo que estamos conversados.

A eleição é para deputados e queria deixar claro um outro aspecto.

**Presidente:** Sr. Deputado, está no fim do seu tempo.

**O Orador:** Termina, já Sr. Presidente.

11% dos açorianos não deram confiança de voto nem ao Partido Socialista, nem ao Partido Social Democrata, o que quer dizer que qualquer partido desta Assembleia tem, em relação ao seu projecto, uma maioria de açorianos em oposição.

É bom ter em atenção estes números.

Há sempre uma larga maioria e uma maioria absoluta de açorianos que está em oposição a qualquer um dos projectos partidários que aqui estão presentes.

Era só esta visão realista dos resultados que gostaríamos de realçar nesta Assembleia.

Obrigado Sr. Presidente pela sua benevolência.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estávamos em 8 de Fevereiro de 1996.

Acharam por bem três Senhores Deputados do Partido Socialista fazerem um requerimento por via de terem sido “atrabiliariamente destruídos os plátanos que ladeavam “, e ainda ladeiam “o troço da Estrada Regional n.º 1-1ª entre a Ribeira Grande e o Porto Formoso.”

Relatava ainda o referido requerimento que quem circulou naqueles dias pela dita Estrada, deparou-se-lhe um cenário insólito uma vez que os “plátanos plantados pelos nossos antepassados para embelezar aquela via” haviam sido “completamente destruídos”, tornando-se “num espectáculo confrangedor e constituía ainda um verdadeiro atentado ao ambiente que é um património que pertence a todos nós e que não pode estar votado à irresponsabilidade de alguns, sejam governantes ou simples funcionários”.



Estávamos em 1996, como vos disse há pouco, ano para quem já se esqueceu, em que tudo servia para pintar de negro tudo quanto fizesse o Governo Regional da altura que, como se sabe, era da responsabilidade do Partido Social Democrata.

Estou de acordo com parte do que atrás referi e vinha expresso no tal requerimento.

E se digo em parte, é porque não concordo apenas com o dizer-se que foram "completamente destruídas as árvores" em questão.

Que eu saiba aqueles vegetais lenhosos de tronco elevado, presos ao solo por meio de raízes, apenas ficaram naquela altura sem ramos na parte superior já que alguém, por ordem não sei de quem, lhos tinha cortado e lançado por terra ou seja, segados.

**Na parte final do ano passado**, transitei por aquela estrada e verifiquei que **os tais plátanos já haviam “rebetado”**, como diz o nosso povo, **e embora bastante mutilados, já possuíam novamente ramos** na parte superior. Por isso mesmo, afinal as árvores não foram destruídas e muito menos “completamente destruídas”, tal como os senhores Deputados de então referiram.

No entanto, quero deixar bem claro que não concordo, de forma alguma, com a acção desenvolvida e estou de acordo quando se afirma **“olhar para aquelas árvores é um espectáculo confrangedor e constitui um verdadeiro atentado ao ambiente.”**

É no espectáculo e no verdadeiro atentado ao ambiente que reside toda a questão e onde os srs. deputados de então tinham toda a razão.

Vários foram os jornais que trouxeram o assunto a "lume" e aquele órgão de comunicação social que nos entra em casa todos os dias, a RTP-Açores, deu-lhes um ênfase muito especial. Agora percebe-se porquê e verifica-se que naquele tempo já havia ali muita gente em total “sintonia” com o Partido Socialista. E se alguém tem dúvidas, basta ver quantos desempenham, hoje, funções de confiança política.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não é novidade para ninguém aqui presente nesta Câmara, que das eleições de Outubro daquele ano de 1996, resultou um Governo da responsabilidade do Partido Socialista. Devo também referir que nessas eleições continuaram a ser confiadas as funções de deputados aos Srs. António Silva Melo e Francisco Sousa.

**O ambiente**, área importantíssima e à qual devemos estar sempre atentos, **foi confiado neste VII Governo** a uma pessoa que sempre se mostrara desperta a esta matéria. Nada mais nada menos do que o **Professor Doutor Fernando Lopes**.

Por incrível que pareça, como adiante veremos, foram os citados três senhores que subscreveram o tal requerimento.

A partir da tomada de posse do VII Governo e **com a área do ambiente entregue a este senhor, julguei** eu e, como eu muitos outros açorianos, **que cortes radicais de árvores nas nossas estradas não mais se verificassem**.

Puro engano, o meu e o de todos os outros que assim pensaram.

Para confirmar esse meu engano, vi no matutino Angrense Diário Insular, de 11 de Dezembro do ano passado, um título dizendo: "**Árvores da Terceira com cortes drásticos**".

Obviamente li e fiquei espantado com a denúncia feita pela Presidente da Associação de Defesa do Ambiente Gê-Questa de que **plátanos e roseiras das vias públicas da Ilha Terceira estavam a ficar sem as respectivas copas** de tal maneira que os deformavam completamente.

Mais — denunciava a Senhora Eng.<sup>a</sup> Isabel Armas, com certeza pessoa entendida na matéria que "**O problema é que estes cortes possivelmente feitos através de moto-serra, não têm como base qualquer orientação técnica**".

Mas não se ficava por aqui a Senhora Eng.<sup>a</sup> e dava a receita para um melhor trabalho ao dizer:

**"Deixar crescer normalmente os ramos, só os cortando quando estão velhos e podres ou dificultando a passagem na via pública"**.

Depois disto, em finais de Janeiro, já deste ano, quando regressava à Graciosa de uma audição feita pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, aos Comandantes de Bombeiros da Ribeira Grande e Povoação relativa aos fatídicos acontecimentos da Ribeira Quente, pude verificar que na minha Ilha o fenómeno de aliviar as árvores, que também ali ornamentam as Estradas Regionais, das ramadas que lhes formam as suas belas copas, havia chegado.

Tentei, como é lógico, saber algo mais sobre tão brilhante trabalho e fui informado que era uma acção da Delegação de S.R.H.E. e desenvolve-se já por grande parte das Estradas daquela Ilha.

### **Fiquei perplexo !**

Fiquei surpreendido quando vim a saber que essa tarefa tinha a colaboração dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Graciosa que, por sua vez, dependem, como é lógico, da S.R.A.P.A., cujo responsável máximo é o Senhor Professor Doutor Fernando Lopes.

"Exactamente!" — como diria uma figura de uma das abundantes telenovelas que a tal R.T.P.-A. teima em transmitir.

Exactamente aquele Senhor que subscreveu em segundo lugar o tal requerimento, onde se dizia que "circular na estrada e ver árvores completamente destruídas é um verdadeiro atentado ao ambiente que é um património que pertence a todos nós e que não pode estar entregue à irresponsabilidade de alguns, sejam governantes ou simples funcionários".

Cabe-me então agora, desta Tribuna, requerer ao VII Governo Regional, da responsabilidade do P.S., algumas das questões que os senhores deputados de então fizeram e que julgo terem todo o cabimento nesta ocasião.

1º Qual o departamento governamental responsável pela decisão de mandar decepar tão bonitas e frondosas árvores na Ilha Graciosa?

2º Que regras foram estabelecidas?

3º Que instruções recebeu no local, e quem as deu, quem executou acção tão perversa?

Mas julgo também importante levantar as seguintes questões:

1ª Onde está a coerência e a responsabilidade daquele que é hoje o responsável pela área do ambiente na nossa Região?

2ª Que tipo de mudança houve para que hoje, o Sr. Secretário e os zelosos Srs. Deputados Silva Melo e Francisco Sousa não viessem condenar actos tão absurdos e em tudo semelhantes aos que se verificaram em 1996?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**A “Mudança” tão prometida pelo P.S., também no Ambiente, salda-se por um completo esquecimento,** e devo acrescentar que não percebo porque se silenciaram, agora, algumas pessoas e organismos, outrora tão activos, quando por exemplo os problemas das lagoas de São Miguel e Flores são cada vez mais graves, quando a Caldeira de Santo Cristo em São Jorge e a Caldeira da Graciosa continuam na mesma e sem soluções à vista para os seus problemas, etc. etc..

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Estes factos tiveram ainda o condão de relembrar e demonstrar que a RTP-Açores— que neste momento muda de cassete —...

*(Risos da bancada do PSD)*

... não tem tratamento igual para todas as Ilhas.

Já sabemos que, **para aquela estação de televisão, a nossa Região Autónoma tem apenas São Miguel, Terceira, Faial, e às vezes também o Pico.**

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Poucas vezes!

**O Orador:** **O resto existe apenas quando interessa dar um passeio agradável, comer umas boas amêijoas, ver a festa do emigrante ou passar um carnaval diferente.**

Todos sabemos ser assim nas chamadas, por alguns, “Ilhas Pequenas.”

Das poucas vezes que lá vão é grave que não se aproveite, ao máximo, os meios humanos e materiais deslocados para recolher e divulgar aos outros a realidade de cada uma das nossas parcelas.

Lembro, por exemplo, que em 1996 aquando das festas do Concelho de Santa Cruz da Graciosa, foi organizado um desfile etnográfico, com centenas de objectos e figurantes, trabalho que roçava a perfeição e que retratava bem o modo de vida dos graciosenses há muitas décadas atrás, mas que mereceu, tão só a cobertura de uns míseros segundos num telejornal.

Tenho a certeza que para além dos graciosenses, muitos seriam os que veriam, e até gravariam, um programa extraído do tal desfile.

Mas até aqui **neste Parlamento é bem visível a discriminação que aquele meio de informação faz para com determinadas ilhas**, quando muitos dos Srs. Deputados trazem os problemas reais dos seus círculos eleitorais e nada encontra eco na dita Televisão.

**Trabalhar assim é bem pouco para quem quer que a RTP-Açores seja a “NOSSA”.**

Nós também temos festas, futebol, artesanato, folclore, feiras, acidentes de viação como já vi na televisão, estradas esburacadas, imensos problemas e como ouviram até árvores cortadas, que bem poderiam ser notícias como aquelas que nós vemos todos os dias provenientes das ilhas privilegiadas pela RTP-A.

É tempo de alterar este estado de coisas, passando-se a fazer televisão de forma mais isenta no que pelo menos às ilhas diz respeito.

**As câmaras que oferecem à RTP são pagas por todos quantos pagam os seus impostos ao Estado e deveriam servir por igual todos os açorianos.**

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado João Greves)*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vencer distâncias e aproximar pessoas, deve ser um dos pilares de suporte para um melhor desenvolvimento desta Região tão geograficamente dispersa.

O tempo vai passando e o Governo parece ignorar este facto, mantendo o Grupo Ocidental mais afastado por falta de ligações aéreas e marítimas, sendo os mais penalizados, nesta matéria, os corvinos.

Com mais esta intervenção, o Governo pode pensar "aí vem a mesma música", mas esta Casa, como grande regente que é, não reconhece no Governo capacidade de execução para que realmente possa mudar-se tal estado de coisas.

Senão vejamos: quase à beira do ano 2000, onde se prevê que as distâncias não representam grandes barreiras ao desenvolvimento de qualquer Região, os correios dos Açores ainda têm de recorrer à Força Aérea para escoar o correio para as Ilhas do Corvo e das Flores, conseguindo assim um padrão aceitável na demora das encomendas e correspondências.

É caso para pensar: os CTT desta Região têm mais respeito pelas encomendas e correio do Corvo do que o Governo Regional tem pelos corvinos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A SATA, sendo a nossa empresa de transportes, tem obrigação de servir todos os açorianos por igual. Dentro deste princípio, tenho vindo a reivindicar três voos semanais para o Corvo.

Têm-me respondido que não é viável.

Eis que vimos a saber que os correios recorrem a um contrato com a Força Aérea para transporte de encomendas e de correspondências.

Então porque é que a SATA não faz esse serviço, para os correios, fazendo um voo misto para o Corvo?

Assim, os corvinos teriam o tão desejado terceiro voo para o Corvo, que ainda os deixa muito abaixo do número de voos que têm todas as outras Ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Embora tenha plena consciência de não ter grandes conhecimentos em questões económicas, tenho a experiência de começar uma vida do nada e conseguir um patamar aceitável de vida.

Isto só se consegue quando começamos pelas prioridades da vida e deixamos o supérfluo para depois.

Este Governo parece assim não entender, gasta avultadas verbas em piscinas cobertas, marinas, etc., mas quando uma ilha precisa de mais um voo da SATA diz que implica muitos custos.

Não quero dizer com isto que sou contra as estruturas acima referidas, mas o que defendo é que temos de começar pelas prioridades, até termos todas as Ilhas em pé de igualdade. Porque enquanto se mantiver esta política de manter isoladas as ilhas mais afastadas, de certeza que teremos uma economia igual à do servo que, recebeu um

talento e quando lhe pediram contas, este só conseguiu entregar o mesmo talento, enquanto outros duplicavam e triplicavam os seus. Mas é bom o Governo ter em conta que este foi acusado de ser um mau servo.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que subscrevo a intervenção do Sr. Deputado João Greves, precisamente, no que diz respeito aos voos de e para o Corvo.

Nós continuamos limitados apenas a dois voos durante o período do Inverno.

Eu tenho aqui um documento oriundo da Secretaria Regional da Economia que diz o seguinte:

"A integração do Dornier 228 na frota da SATA, deveu-se fundamentalmente às condições altamente restritivas da operação na Ilha do Corvo.

A manutenção desta aeronave na operação, quase só se justifica, neste momento, para atender à população da Ilha do Corvo".

Afinal, não é isto que se vê, porque o Dornier anda a voar por tudo o quanto é sítio e para o Corvo continua apenas a fazer 2 voos.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na sociedade actual as comunicações tornaram-se fundamentais no evoluir dos povos. Sem comunicações fiáveis não é possível proporcionar-se desenvolvimento. Sem boas comunicações é impensável abirmo-nos ao mundo.

Numa Região constituída por nove parcelas, como é a nossa, as comunicações são ainda mais importantes e se se apostar num desenvolvimento harmonioso, as diferentes comunicações entre as diversas ilhas, forçosamente têm de ser semelhantes.

Neste capítulo, desde há muito que defendemos a necessidade e a imprescindibilidade do "cabo de fibra óptica" ligar as nove ilhas açorianas.

Logo na primeira intervenção que proferimos nesta Legislatura, **em 20 de Novembro de 1996, afirmámos: "Quando se anuncia que existirá um cabo submarino de fibra óptica que ligará os Açores a Lisboa, e se tem conhecimento que essa ligação termina no Faial, receamos pelo futuro das comunicações com o Grupo Ocidental do Arquipélago."**

É necessário saber-se por que razão essa ligação não chegará às Flores e ao Corvo, tanto mais que esse projecto será participado por fundos Nacionais e Comunitários.

Quando analisámos o Plano e Orçamento para 1997, na intervenção final sobre a matéria, voltámos a reafirmar o nosso entendimento de que **"o projecto do cabo de fibra óptica teria obrigatoriamente de incluir a Ilha das Flores"**.

No início deste mês foi divulgado publicamente pelo Sr. Secretário Regional da Economia o ponto da situação do projecto do cabo de fibra óptica que ligará as Ilhas dos Açores, à excepção das Flores e Corvo. Mais foi divulgado que "irá a curto prazo ser realizado um estudo sobre a situação específica dessas duas Ilhas".

Nessa altura, numa audiência concedida pelo Sr. Presidente do Governo Regional ao PCP, foi-nos também referido o estudo a elaborar e que determinará os custos que implicará a extensificação do cabo de fibra óptica às Ilhas do Grupo Ocidental dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Desde já, é pena que o projecto inicial não tenha, logo à partida, incluído as Flores e o Corvo. Mas é urgente, em nosso entender, que o Governo Regional mande elaborar o estudo referido pelo Sr. Secretário Regional e que o resultado desse estudo seja do conhecimento desta Assembleia. Mas, independentemente dos custos em causa, é fundamental que as Ilhas do Grupo Ocidental não percam o comboio das comunicações. Para nós, nada justificará a exclusão daquelas ilhas na ligação do cabo de fibra óptica. Não podemos, nem devemos, nem queremos, estar sujeitos a um cada vez maior atraso em relação às restantes ilhas, por sermos poucos ou estarmos distantes.

A introdução do cabo de fibra óptica representa uma evolução, de tal forma importante que irá marcar positivamente todo o nosso processo de desenvolvimento.



Se deixassem de fora desta evolução as Ilhas das Flores e Corvo, quebrar-se-ia, irremediavelmente, a perspectiva do desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região.

O Governo Regional tem, obrigatoriamente, o dever de encontrar o financiamento necessário para que este projecto abranja todas as ilhas.

É urgente, de uma vez por todas, que seja decidida a implementação do cabo de fibra óptica também para as Ilhas do Grupo Ocidental dos Açores.

Disse.

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*) Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para reiterar aquilo que já foi anunciado pelo Governo Regional no âmbito da reanálise que teve que fazer relativamente ao processo de ligação dos Açores no cabo de fibra óptica.

Em função da alteração que entretanto ocorreu nesse projecto, ou seja, a ligação a um cabo internacional, a Região teve uma redução de custos em relação à ligação da Região ao cabo. Por outro lado, a médio prazo, verificar-se-á uma redução dos custos de manutenção desse cabo.

Essa redução do ponto de vista da ligação, é estimada em pouco mais de meio milhão de contos, o que significa que face à previsão inicial de comparticipação da Região, que a nosso ver foi exagerada porque neste projecto a empresa que terá a concessão será altamente beneficiada no futuro e não foram salvaguardados aspectos essenciais da Região, observando-se uma redução desses custos inicialmente previstos, o Governo Regional concordando com as perspectivas que lhe foram avançadas — lembro uma carta que foi divulgada e que foi dirigida ao Governo Regional pelo Sr. Deputado do Partido Socialista para a Ilha das Flores e recorde também as referências do Sr. Deputado Paulo Valadão e declarações avulsas do Governo Regional dos Açores sobre essa matéria — solicitou formalmente um estudo sobre os custos da ligação do Grupo Ocidental, ou seja, das Ilhas das Flores e do Corvo.

Nós pensamos que essa ligação regional poderá atingir valores, na nossa opinião, que poderão até mesmo ser superiores a meio milhão de contos, mas não temos um suporte técnico seguro para tornar isso como uma previsão definitiva.

De qualquer modo, a empresa a quem solicitamos e que é dona da obra fará esse estudo. Ele será ponderado pelo Governo Regional e no caso de se afigurar compatível e com uma solução técnica mais fiável, mais adequada ou considerada inadiável nesta fase do processo, o Governo Regional trará na sua proposta de orçamento para o próximo ano essa alteração em relação às previsões iniciais que tínhamos sobre essa matéria.

O Governo Regional considera de grande utilidade, e é politicamente favorável numa perspectiva de futuro, que essa ligação se faça ao Grupo Ocidental, dependendo apenas da confirmação de características técnicas desse projecto e do valor financeiro que estará em causa.

De qualquer modo, o facto de termos pedido o estudo já indicia a vontade que temos nesta matéria e achamos que com as dificuldades que têm as ilhas das Flores e do Corvo, desviadas dos principais centros de distribuição, de mercado e de desenvolvimento da Região, é preciso responder a essas insuficiências naturais como mecanismos de compensação que respondam no futuro aos desafios de desenvolvimento dessas ilhas e à sua integração no espaço regional.

**Presidente:** Sr. Presidente, já terminou o seu tempo.

**O Orador:** Já vou concluir.

São projectos desta natureza, mais do que outros projectos de circunstância ou de conjuntura ou de investimentos que se fazem no tempo, que fazem a aproximação entre essas ilhas e o restante todo regional.

Portanto, a nossa perspectiva e a nossa abertura nesta matéria é grande e é comprovada por este primeiro passo que demos que não estava incluído, como bem disse o Sr. Deputado, no projecto inicial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu concordo com a intervenção proferida nesta Casa pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e verifico que o Sr. Presidente do Governo Regional está atento a essa situação.

Queria apenas que ficasse aqui registado que no Grupo Ocidental vemos somente a RTP-Açores. Não temos o Canal-1 e já estamos a ficar com pronúncia brasileira de tanta telenovela.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A informação que o Sr. Presidente do Governo acabou de nos fornecer, na perspectiva de quem vive há muitos e longos anos nas Flores, mais do que gostaria porque já são 40, não pode deixar indiferente quem lá vive e quem sente no dia-a-dia o isolamento, a distância e a periferia.

Estamos na era das telecomunicações que são quase o futuro. Ter quase a certeza, ou pelo menos ter o comprometimento do Governo Regional que as Ilhas das Flores e do Corvo vão ser incluídas neste projecto do cabo de fibra óptica, é obviamente uma notícia que temos que registar e aplaudir.

Este Parlamento existe para criticar o Governo, mas também existe para enaltecê-lo e neste caso temos que dizer: "bem hajam, por considerarem que os Açores são de facto nove ilhas"!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** O que nós pretendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deste Governo, não é que ele altere a geografia nem diminua as distâncias, porque isso são dados imutáveis.

O que nós pretendemos, é tão somente, que estes governantes sejam capazes de fazer uma coisa muito simples, mas que os seus antecessores nunca souberam fazer, ou seja, pautar permanentemente a sua actuação na plena consciência de que **os Açores são nove ilhas todas diferentes, todas iguais.**

Obrigado.

**Deputado António Meneses (PSD):** Não apoiado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte aprez-nos registar a reafirmação nesta Casa do Sr. Presidente do Governo em relação à possível extensificação às Flores e ao Corvo do projecto de cabo de fibra óptica.

Efectivamente, muitos dos problemas que hoje se colocam em relação àquelas ilhas e de que há pouco o Sr. Deputado José Manuel Nunes referiu o caso da televisão ou outros que temos colocado aqui como é o caso do telefone, etc., todas estas situações de comunicações serão de uma vez por todas resolvidas no dia que lá se fizer a amarração do cabo de fibra óptica.

O Sr. Presidente do Governo avança inclusivamente com números e muitas vezes poderá levar a que algumas pessoas, em função do número de habitantes, possam fazer contas dos gastos destes projectos em função da população.

Penso que é uma tendência que temos que combater, porque como disse o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, ou somos todos considerados em igualdade de circunstâncias nos direitos que temos em ser açorianos e de desenvolvermo-nos harmonicamente, ou então de nada vale todo o nosso trabalho.

Por isso mesmo, temos que desejar que rápida e o mais urgentemente possível e de uma vez por todas o cabo de fibra óptica efectivamente chegue às Flores e ao Corvo.

De facto, estamos de acordo com aquilo que o Sr. Presidente do Governo afirmou, aliás isso é fundamental para continuarmos a ter esperança de nesta Região podermos ser efectivamente todos iguais.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou recordar aqui algumas palavras que utilizei há poucos dias, ou seja, é bom termos sempre em conta que não devemos dizer hoje muito mal, para que amanhã não possamos dizer bem e não dizer hoje muito bem para que amanhã não possamos dizer mal.

Pegando um pouco nas palavras do Sr. Deputado Herberto Rosa de que este Parlamento não deve só existir para criticar o Governo, estou plenamente de acordo com isso, mas temos que criticá-lo quando realmente for necessário e temos que louvá-lo quando realmente surgirem aqui sugestões como a que há pouco o Sr. Presidente confirmou do cabo de fibra óptica para as ilhas do Corvo e das Flores. Na minha opinião, isto vai ser um grande passo para o desenvolvimento económico desta Região.

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César)** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço as palavras do Sr. Deputado do Partido Popular eleito pela Ilha do Corvo, mas gostava de lhe dizer que tomo as suas palavras como palavras que anularam uma frase que proferiu aquando da sua intervenção e que pessoalmente me magoaram, porque custa-me a crer que se possa dizer que o Governo Regional tem menos respeito pelos corvinos do que uma empresa como os CTT ou outra que mencionou. Mesmo que o Governo tenha quaisquer falhas na área em que essa empresa desenvolva a sua actividade, infelizmente nem sempre bem, pareceu-me exagerada a expressão que utilizou e injusta para este Governo ou para qualquer outro Governo Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Realmente a palavra pode ter sido um bocado dura, mas digo-lhe com toda a franqueza que no que respeita a transportes aéreos e a transportes marítimos, para classificar não só o seu Governo mas também os anteriores, eu não encontrei outra palavra que não fosse aquela.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em Dezembro último os marienses votaram massivamente no P.S. e nos elementos que compunham as listas desse partido, por entenderem que eram os que melhor poderiam defender os seus interesses. Um outro factor importante que influenciou o resultado foi o facto de verem nas listas do P.S.D., pessoas que não traziam nenhum valor acrescentado à ilha ou que mudaram repentinamente de cor.

Enfim, em meu entender, os marienses escolheram bem e vêm a fazê-lo desde Agosto de 1980 e sempre de uma forma crescente, quer estejam do lado do P.S.D. os seus melhores dirigentes ou os seus melhores independentes.

Parece-me que será melhor o P.S.D. coligar-se com o P.P., dando a este último a primazia de escolher o cabeça de lista, pois caso contrário, correm o risco de desaparecerem definitivamente da intenção de voto dos marienses, mas a opção é vossa. O que não pretendemos é vir a ser o único partido a concorrer em Santa Maria, porque se tal viesse a acontecer era voltar aos tempos de má memória.

**Deputado António Meneses (PSD):** Isso é o que os Srs. queriam!

**O Orador:** Eu vou continuar e já lhe respondo a seguir.

Que razões, além destas, levaram os marienses a votar no P.S.?

Será que o Governo e a Câmara Municipal andaram a distribuir cimento,...

**Deputado João Cunha (PSD):** Andaram e não foi pouco!

**O Orador:** ... electrodomésticos e tintas às populações, conforme se diz que aconteceu em certos concelhos?

Não foi por nada disto, foi porque finalmente encontraram no fundo do túnel uma luz que lhes transmite uma esperança no futuro.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Uma luz bassa!

**O Orador:** Os marienses acreditam piamente no P.S. e neste novo Governo Regional e têm razões de sobra para o fazer, pois os assuntos que se arrastavam há longos anos estão agora finalmente a ser resolvidos.

Todos os Membros do Governo, a começar pelo seu Presidente, que mesmo na oposição e em diversas situações sempre defendeu os interesses marienses nunca fugindo em nenhuma situação, conhecem bem a realidade da ilha e estou certo que haverá sempre o mesmo empenhamento, como até agora tem sido demonstrado por todos eles, e que finalmente as questões não resolvidas anteriormente sê-lo-ão agora.

É este desejo enorme de ver progredir a sua ilha que tem levado os marienses a acreditar no projecto do P.S. e vão certamente continuar a fazê-lo pois, sem dúvida alguma, é aquele que melhor serve Santa Maria.

**Deputado João Cunha (PSD):** Não acredito!

**Deputado António Meneses (PSD):** O povo é que dita! Foram 14 Câmaras!

**O Orador:** O povo é que sabe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A acção deste novo Governo já dá frutos em Santa Maria.

Graças ao empenhamento do Presidente do Governo Regional junto do Primeiro-Ministro de Portugal, aquando da elaboração do Programa do Governo da República onde se consagrou definitivamente a implementação do NAV II em Santa Maria, é já visível o edifício onde ficará instalado todo o equipamento necessário para o funcionamento desta infraestrutura. Hoje assistimos à materialização de um sonho que durante anos os governos anteriores à era de António Guterres e de Carlos César nunca se concretizou.

Só esta obra seria o suficiente para que o P.S. ganhasse facilmente as eleições, mas os marienses verificam ainda que, por exemplo, estão a ser construídas moradias para os funcionários da ANA-EP em ordem a melhorar o actual parque habitacional; que a obra do reforço do molhe-cais de Vila do Porto está também a ser feita sem sobressaltos e dentro dos prazos; que se prevê também a construção do Porto de Recreio; que o edifício do Polivalente de Almagreira está já a ser construído e que o de Santa Bárbara se encontra em fase de projecto; que se estão a incentivar os proprietários das vinhas em São Lourenço e Maia a fazerem a reconversão das mesmas e que se apoia de maneira diferente e transparente os mais necessitados, no que se refere à habitação; que se aplicou o rendimento mínimo na Região permitindo às pessoas mais carenciadas viverem com mais dignidade; que se perspectiva para próximo o arranque definitivo e real do abastecimento de água à lavoura; que se reparam e recuperam os pequenos portos e rampas de varagem, ouvindo os mais interessados de modo a que as obras sejam devidamente feitas, consoante as sugestões dos mais experientes; que se pagam terrenos adquiridos há muito tempo, o

que nunca foi feito pelos Governos do P.S.D.; que se pagam juros de mora a empresas que já tinham terminado uma obra em 1991; que se constroem as valetas necessárias para uma melhor circulação nas estradas regionais, evitando assim também a sua degradação; que em cooperação com a Autarquia se cuida do arranjo das Escolas do Ensino Básico e se vai proceder a uma grande recuperação e construção de mais um bloco na Escola Preparatória e Secundária Bento Rodrigues; que se resolveu o grave problema que se prendia com a falta de um médico de Clínica Geral na ilha e que se promoveu a ida regular de Médicos Fisiatras e Otorrinos; que se providencia no sentido do mesmo vir a acontecer nas áreas de Psiquiatria, Pediatria, Estomatologia e Oftalmologia, havendo já acordo prévio entre os especialistas e o Centro de Saúde de Vila do Porto, em ordem a ser possível alcançar com a brevidade que se impõe, o objectivo referido anteriormente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mas os marienses também assistiram e assistem com grande gosto a outras acções que são importantes para Santa Maria. Não poderemos esquecer o êxito que foi a implementação do transporte rápido marítimo de passageiros que proporcionou a visita de milhares de pessoas à ilha e que dinamizou toda a actividade comercial; dos apoios financeiros que surgiram para as organizações que promoveram eventos de carácter cultural e turístico...

**Deputado João Cunha (PSD):** Eu já ouvi isso 3 vezes!

**O Orador:** ... entre os quais se destacam os atribuídos à Associação Cultural Maré de Agosto, ao Clube Asas do Atlântico, ao Clube Naval de Santa Maria, ao Círculo de Amigos de São Lourenço, aos Ranchos Folclóricos da ilha, à Cooperativa de Artesanato e a tantas outras agremiações que de uma forma ou de outra intervieram na animação turística da ilha, proporcionando agradáveis momentos de convivência entre todos os que participaram nesses acontecimentos.

Não são só as obras grandes que têm importância para o desenvolvimento sócio-económico de um lugar e por isso as pequenas obras são também apreciadas pelos marienses, que nos momentos certos — entenda-se nos actos eleitorais — demonstram o seu reconhecimento, depositando o seu voto no Partido que mais tem



feito pela sua ilha. Assim aconteceu num passado recente e assim acontecerá no futuro, pois os marienses sabem que podem confiar no actual Presidente do Governo, nos seus colaboradores mais directos, que são os Secretários Regionais e naqueles que fazem parte das listas do Partido Socialista. Nas eleições autárquicas foi esclarecedor o resultado esperando-se que da próxima o resultado seja ainda mais volumoso, retirando possivelmente ao P.S.D. o único deputado que ainda tem neste Parlamento...

**Deputado António Meneses (PSD):** Aí está a prova do que eu disse!

**O Orador:** ... e atingindo o pleno nas próximas eleições autárquicas.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas peço a palavra para fazer uma referência, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, à primeira parte da intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves que é claramente um excesso apologético traduzido em declaração cega de fé no Partido Socialista.

Eu julgo que o Sr. Deputado pode bem sublinhar as virtudes dos seus candidatos para as Câmaras Municipais, mas devo dizer-lhe Sr. Deputado, que o PSD que ganhou 14 das 19 Câmaras dos Açores, fez também discurso na Assembleia, nomeadamente pela voz do novo deputado e secretário geral do Partido Social Democrata e, apesar de termos ganho muitas mais câmaras e autarquias e de termos eleito muitos mais autarcas do que o PS, não viu na intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro nenhuma referência menos cautelosa a quem perdeu as eleições.

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Hoje, da sua parte isso não aconteceu nesta Casa.

Não quero chamar indelicadeza, mas foi claramente um excesso discursivo que era muito fácil de evitar.

Devo dizer, Sr. Deputado, que se V. Exa. se sente vitorioso, nós sentimo-nos muito mais ainda e que a última virtude, talvez até uma das mais importantes de quem ganha, é saber reconhecer algumas virtudes naqueles que perderam.

Nós soubemos fazer isso aqui pouco tempo depois das eleições, mas o Sr. não fez isso aqui apesar de já ter tido muito mais tempo para reflectir no seu discurso sobre eleições autárquicas.

**Deputado António Meneses (PSD):** Falta de humildade autárquica!

**O Orador:** Em segundo lugar, anoto uma contradição absoluta entre o discurso do Sr. Deputado e o discurso do Partido Socialista. Devo dizer que concordo mais com o discurso do Partido Socialista do que com o discurso do Sr. Deputado.

É que se os marienses ao darem a vitória à Câmara Municipal da sua ilha, o fizeram também porque acreditavam muito e sempre no líder do PS e no seu Governo, então o Sr. Deputado acabou de me autorizar a tirar a conclusão de que nos outros 14 concelhos os nossos eleitores açorianos também não votaram nas Câmaras do PS, porque não acreditam no Presidente do Governo, no Governo, no Partido Socialista.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Eu tomei nota. O Sr. Deputado fez referência a isso duas vezes.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

Eu acho que não devia tê-lo feito.

Misturou tudo, na ânsia de elogiar na mesma intervenção toda a gente, fez até sequencialmente o discurso político e como eu já não sou muito novo nisto, estou a aproveitar a sequência da sua intervenção, a não ser que me diga que se enganou e se se enganou vai ter que reconhecer, se não se enganou vai ter que admitir que em todos os concelhos onde o PS não ganhou, não ganhou o candidato e perdeu o Governo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Nós nunca o dissemos, mas a partir de hoje, pelo menos em relação ao Sr. Deputado, ficamos autorizados a fazê-lo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

A minha intervenção está um pouco prejudicada pela intervenção brilhante que o Sr. Deputado Victor Cruz acabou de fazer.

Quanto a coligações entre o PS e o PP, entre o PSD e o PP, entre PP e seja quem for, gostava de dizer a V. Exa. que isto cabe ao Partido Popular e só ele as deve fazer.

Se é verdade que os marienses votaram maioritariamente no Partido Socialista e o vêm fazendo há alguns anos, também é verdade — e queria só aqui reiterar este ponto — que a maioria dos açorianos não quiseram câmaras do Partido Socialista.

Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Onde é que está este fervilhar da economia que ontem tanto se falou aqui, mais propriamente na Ilha de Santa Maria?

Foi o investimento público, todos esses investimentos que o seu Governo, o Governo que o Sr. tanto cegamente defende que fizeram fervilhar a economia na Ilha de Santa Maria?

Onde é que está o investimento privado nos últimos anos?

Continuam os marienses à espera que os governos sejam eles do PSD, ou sejam eles do PS, invistam em Santa Maria?

Sr. Deputado, eu lamento dizer na qualidade de Deputado Regional e não como Deputado apenas de uma ilha, que o tecido empresarial de Santa Maria nem teve capacidade de dar resposta às necessidades dos investimentos que os governos lá fizeram.

Nem os blocos que são utilizados na construção das casas que a ANA está lá a fazer, são feitos em Santa Maria. Eles vêm de barco e já feitos da Ilha de São Miguel,

quando poderia ir cimento e serem feitos em Santa Maria. Este é só um pequeno exemplo Sr. Deputado.

Se me permite que fale como Deputado da minha ilha, eu até agradeço, porque isto está a incentivar obviamente o crescimento da economia na Ilha de São Miguel, mas como deputado regional não era isso que eu queria. Como deputado regional e amigo da Ilha de Santa Maria como o Sr. Deputado muito bem sabe, porque vou passar férias frequentemente e onde vou muitas vezes em serviço, eu preferia que a Ilha de Santa Maria se desenvolvesse economicamente sozinha e não ajudasse a desenvolver mais ainda a Ilha de São Miguel e até mesmo contribuir para os tais desequilíbrios que muita gente vem aqui acusando e que até parece que é culpa dos micaelenses.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Quanto à primeira parte da sua intervenção, julgo que já ficou aqui esclarecido que uma pessoa educada, com sentido democrático, que entende uma eleição como uma disputa entre partidos numa acção democrática aceite os resultados que o povo quer e qualquer pessoa aceitaria isto, mas o Sr. trouxe aqui um discurso desviado para um campo que julgo que não é muito cordial nesta discussão.

Em segundo lugar, eu sei que não foi suficientemente solidário com todas aquelas pessoas que pertencem ao Partido Socialista, o qual sofreu derrotas ao longo desta Região. Inclusivamente, o actual Presidente do Governo Regional dos Açores, democraticamente, ao longo de 20 anos, fez luta política e ao longo desse tempo também sofreu derrotas.

É neste sentido democrático que temos que aceitar os resultados das eleições.

Na segunda parte da sua intervenção, o Sr. faz uma elencagem de tantas obras, de tantas acções que grande parte delas estão contidas neste momento no Plano de 1998 e ainda não tiveram início. Algumas delas já deveriam ter tido início em 1997, mas ainda não estão em curso e há outras que estão no comunicado do Governo de 1997 e continuam a não aparecer.

Portanto, grande parte da sua intervenção não é real e toda ela é um elogio fácil.

Quanto a Santa Maria atravessar, neste momento, um surto económico — uma parte já foi aqui referida pelo Sr. Deputado do PP Nuno Almeida e Sousa — deixaria a seguinte pergunta:

Daqui a um ano ou daqui a um ano e meio, quando saírem de lá as empresas todas voltando tudo ao início, haverá uma visão de futuro no desenvolvimento de todo o investimento que se está a fazer em Santa Maria?

Era esta a questão que gostaria de colocar, porque as pessoas vão voltar ao desemprego e todo este esforço económico deste último ano e meio ou dois anos, não se vai reflectir em grande parte no desenvolvimento económico da Ilha.

Quanto ao êxito exagerado da experiência do transporte marítimo de passageiros, francamente, Sr. Deputado! O Sr. diz na sua intervenção que trouxe um desenvolvimento exagerado à ilha, mas gostaria de lhe dizer que 90% dos passageiros que utilizaram esse transporte, iam de manhã e regressavam à noite. Alguns deles iam a Santa Maria dar um passeio e tomavam um café.

Também não podemos esquecer que cada passageiro destes custou à Região Autónoma dos Açores 10.656\$00, conforme os custos que teve a operação e o número de passageiros que foram transportados.

Isto foi um sucesso económico para a ilha e um sucesso económico para a própria Região?

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me enganei no meu discurso.

O Partido Socialista ganhou em Santa Maria as listas que apresentou para as autarquias e isto não tem nada a ver com o Presidente do Governo Regional.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Não foi isso que eu disse!

**O Orador:** O Presidente do Governo Regional é uma pessoa querida em Santa Maria e nas alturas difíceis que Santa Maria atravessou, ou seja, na altura em que foi retirada a placa giratória de Santa Maria para a Terceira, o Sr. Presidente do Governo

Regional dos Açores, esteve ao lado dos marienses, mesmo na Assembleia da República onde se falou sobre isso.

Portanto, não se admire do Presidente do Governo Regional ser uma pessoa querida naquela ilha.

Também gostaria de lhe dizer que nas eleições que houve para a Assembleia Regional, o Sr. Deputado foi a Santa Maria apenas com a intenção de criticar e atingir pessoalmente certas pessoas que aqui estiveram. O Sr. deve lembrar-se disto.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Não me lembro!

**O Orador:** Já não se lembra, mas vai-se lembrar.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Eu é que vou lembrá-lo.

**O Orador:** O Sr. aí também foi indelicado. Agora não se lembra mas é sempre assim, quando não interessa não se lembra!

*(Aparte inaudível do Deputado José Maria Bairos)*

**O Orador:** Sr. Deputado José Maria Bairos, o Sr. perdeu as eleições, acabou! Agora, deixe-me falar.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Fale à vontade!

**O Orador:** O Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa falou da fábrica de blocos.

Gostaria de lhe dizer que existe uma fábrica de blocos em Santa Maria, a qual está sobrelotada e não tem capacidade para fazer mais e também porque o dinheiro não é muito naquela ilha. Nós não temos lá os grandes investidores que existem em São Miguel.

O dinheiro de Santa Maria se calhar tem sido mais utilizado em São Miguel do que na própria ilha.

Santa Maria, ao longo destes 20 anos, não teve possibilidades de progredir, mas sim a possibilidade de voltar para trás. Quando tínhamos as escalas comerciais recuámos.

Os Srs. podem dizer que isto é muito antigo, mas é verdade.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Isso é conversa!

**O Orador:** Não é conversa, é a verdade.

Em relação a isto julgo que estamos entendidos.

Queria dizer ao Sr. Deputado que V. Exa. com esta atitude, está a afrontar os marienses e a sua esposa é de lá e sendo assim, automaticamente também está a afrontá-la!

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Além de baralhado, o Sr. Deputado cometeu um erro e além de ter cometido um erro agarrou-se ao erro e não o larga.

**Deputado António Meneses (PSD):** É como a lapa!

**O Orador:** O Sr. Deputado errou, nesta Casa. Foi excessivo, não foi correcto,...

**Deputado António Meneses (PSD):** Não foi democrático!

**O Orador:** ... não foi democrático e não foi humilde, apesar de ter ganho.

É justamente nestas alturas que devemos ser humildes.

**Deputado António Meneses (PSD):** É preciso saber ganhar!

**O Orador:** Eu, na penúltima eleição para as autarquias, tive a responsabilidade de fazer um discurso sobre os resultados eleitorais do PSD. Fiz um discurso de tal maneira, que o seu colega que está aí ao seu lado, que já perdeu três vezes eleições para uma Câmara...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** 4 vezes!

*(Risos da Câmara)*

**O Orador:** ... aplaudiu!

Eu não aplaudo a sua, porque o Sr. não disse o que eu disse. O Sr. foi até irónico com quem perdeu as eleições e tentou sugerir que as pessoas não tinham valor acrescentado e até sugeriu ironicamente que o cabeça de lista deveria ser do PP para ver se o PSD ia ganhando as eleições.

Quer que eu diga que São Jorge vai desaparecer do mapa eleitoral?!

Quer que eu diga que todas as outras ilhas em que o PSD ganha as eleições, vão desaparecer do mapa, que é melhor fazer coligações, que não têm valor acrescentado, sobretudo no dia seguinte ao que ganha as eleições? Acha isso correcto?!

Acha que ninguém nesta Casa percebeu que o Sr. Deputado, além de arrasar as virtudes do Partido Socialista, não foi correcto com a leitura que fez dos resultados eleitorais?

Está baralhado, cometeu um erro e agarrou-se ao erro.

Há demonstrações deste lado completamente diferentes daquela que o Sr. Deputado acabou de dar.

O que fica registado é que cometeu um excesso discursivo e toda a gente percebe isso, inclusive na sua própria bancada.

Em segundo lugar, o Sr. Presidente do Governo pode ser amigo, fantástico, pode ter feito tudo.

No entanto, o que o Sr. referiu metendo tudo dentro do mesmo parágrafo, tentando confirmar que os resultados de Santa Maria eram a vitória dos candidatos aos quais não era indiferente a postura do Presidente do Governo e do Governo, autoriza-me a dizer — se eu estivesse de acordo consigo — que em todos os sítios onde perderam, perdeu também o Governo do Partido Socialista e aí é que entra em contradição clara com o discurso eleitoral e pós-eleitoral do seu Governo.

Eu sei que o Partido Socialista e o Governo, o que queriam mesmo era a sintonia, não para um curso de como fazer leis, mas com as autarquias locais. Porém, esse problema ficou resolvido, enganaram-se!

A resposta foi claramente **não!**

Eu disse num debate aqui nesta Casa que em relação ao discurso eleitoral do Partido Socialista, se os Srs. dessem mais um passo neste sentido, seria a derrota do Governo. Por acaso foram um bocadinho mais cautelosos. O Sr. é que, pelos vistos, não percebeu a estratégia do seu partido e dois meses depois continua a andar sempre para a frente de olhos fechados, agarrado às virtudes do PS. Paciência!

Não faça isso muitas vezes, que mais não seja porque às vezes o precipício é relvado e pode ser o caso de Santa Maria!



*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Longe de mim afrontar os marienses!

**Deputado João Cunha (PSD):** E muito menos a sua esposa!

**O Orador:** A minha e as dos outros!

*(Risos da Câmara)*

O que eu fiz, Sr. Deputado, foi um desafio aos marienses para que aproveitassem os investimentos públicos que lá estão a ser feitos para dinamizarem a sua própria economia interna, para que, como disse o Sr. Deputado José Maria Bairos, ao acabarem todos esses investimentos públicos, não se esvazie mais uma vez a Ilha de Santa Maria e gritarem mais uma vez "Aqui d' El Rei, é preciso que o Governo faça!" Se calhar é por isso que o PP em Santa Maria nunca conseguiu passar daquele tal score eleitoral que o Sr. diz que está quase desaparecido, mas enquanto eu for vivo, acreditar e tiver convicções, continuarei a lutar, porque pode ser que um dia os marienses comecem a olhar para si em vez de olharem para o Governo, comecem a olhar para si em vez de olharem para a República e em vez de olharem para a comunidade e comecem a investir.

Nesse dia vão dizer, afinal o PP tinha razão e se calhar também nesse dia vamos ter um Presidente de Câmara do PP. É a minha esperança.

O Sr. fez aqui quase uma apologia de uma coisa que eu já nem queria ouvir, ou seja, o salazarismo.

Desde há 20 anos para cá que não se faz nada em Santa Maria. Foi tudo no tempo de Salazar e de Caetano.

*(Risos do PSD)*

Eu espero bem que o Sr. tenha medido essas suas palavras, porque eu não quero voltar a esses tempos, muito embora fosse muito novinho naquela altura.

Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Quanto à placa giratória e as escalas comerciais — não vou aqui defender os Governos do PSD do passado, eu não queria falar neles, porque andamos aqui num ping-pong, uns querem falar, ou outros não querem, uns dizem que já não querem falar mais, mas depois voltam a pedir a palavra, eu já não percebo nada disto — ninguém mandou tirá-las de lá. Isso foi uma questão de mercado e é isso que os Srs. têm que compreender.

Na altura, se alguém tivesse tido a coragem ou a sensatez de ter dito "a partir de hoje os aviões continuam todos a operar em Santa Maria e vamos arranjar aqui uma placa giratória", o Sr. Deputado João Greves, hoje, em vez de 10 intervenções já tinha feito 14 intervenções sobre os voos para o Corvo e o Sr. Deputado Paulo Valadão ainda não se tinha calado e a televisão já não tinha horas para passar as intervenções dos Deputados das diferentes ilhas sobre as ligações aéreas. Teria sido uma autêntica aberração.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Com certeza!

**O Orador:** O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que já defendeu aqui o aumento da pista do Pico para aterrar aviões tipo 737, iria ficar muito contente porque ia continuar a ter esses aviões em Santa Maria e os ATP's a transportar os passageiros para essa ilha.

Ninguém quis acabar com as placas giratórias ou com as escalas comerciais em Santa Maria. Isso foi uma questão de mercado, é mais fácil, mais barato, mais eficaz e mais nada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para reafirmar aquilo que disse aqui há pouco, não vou acrescentar mais nada.

As justificações servem para Santa Maria e o que se passou nesta ilha, foi que o Partido Socialista ganhou, o povo escolheu.

Daqui a 4 anos haverá novas eleições. Daqui a 3 também haverá.

Nessa altura, veremos quem vai ganhar e se o campo de relvado é para nós ou é para o PSD.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Não é o campo!

**O Orador:** Desculpe, o precipício.

Em relação ao Sr. Deputado Nuno Barata, o grande problema da transferência dos voos para a Terceira, não foi por uma questão de mercado, foi por uma questão **política**, foi porque o PSD entendeu que era assim.

Na altura, não havia justificação para haver essa mudança da placa giratória.

O pior disto tudo, é que na altura quando a transferiram, não criaram alternativa aos marienses para poderem refazer-se daquela perda.

Aliás, criaram uma coisa, fizeram uma zona franca que não funcionou e todos conhecem-na.

O futuro de Santa Maria passa pelo turismo e o primeiro passo, que nunca foi dado anteriormente, foi dado com a ida dos barcos de transporte marítimo de passageiros.

Isso é importante para os marienses e tanto assim é, que pelas razões que aponte, os marienses votaram no Partido Socialista e quanto a isto não há mais discussão.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

Apesar do grande optimismo do Presidente do Governo em relação ao estado da nossa economia, que naturalmente tem beneficiado da favorável conjuntura nacional e internacional, deve ficar o Governo consciente que esse ambiente de "evolução positiva de quase todos os indicadores macro-económicos" não se generaliza a todas as parcelas da Região.

Posso mesmo afirmar-lhe que desde a implementação da autonomia, 1997 foi, sem sombra de dúvida, o ano negro para a indústria do Faial.

Uma ilha que, dantes, já só tinha três indústrias transformadoras, duas de lacticínios e uma de conservas de atum, está actualmente reduzida apenas a uma.

Das de lacticínios, uma encerrou em definitivo a sua actividade no início do Verão, empurrando para o desemprego mais de 30 trabalhadores efectivos.

É grande a nossa indignação, sobretudo pelo facto da principal causa daquele encerramento não se ter ficado a dever à inviabilidade económica da empresa, já que todo o produto que tinha qualidade, era vendido a preço competitivo e suficientemente compensador. Só que os seus accionistas maioritários, com residência no continente português, gerindo a empresa à sua boa maneira, escandalosamente exploraram os produtores, não procedendo, como era sua obrigação, ao pagamento do leite fornecido, **ficando estes sem receberem largas dezenas de milhares de contos.**

Infelizmente, este não é o primeiro caso ocorrido no sector dos lacticínios nesta Região.

Sem pretender fazer qualquer discriminação, julgo que este como outros exemplos, deverão merecer a necessária atenção por parte do Governo Regional, por forma a que de futuro, situações semelhantes sejam evitadas. É que quando tal tem acontecido, graves são as consequências, não só para os lavradores, mas também para a nossa frágil economia.

A outra, foi a de conservas de atum, que nesta ilha exercia a sua actividade há cerca de 50 anos sem qualquer interrupção, sendo talvez a mais antiga na Região a laborar permanentemente.

Infelizmente, no ano transacto, muito poucos foram os dias de plena laboração e mesmo apesar da má safra, nem tão pouco transformou todo o atum descarregado no Faial destinado a conserva.

De acordo com as informações disponíveis, não deverão ser grandes as expectativas sobre a possibilidade de voltar a laborar com regularidade nos próximos tempos.

Resta-nos a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, onde obrigatoriamente deverão ser efectuados, com urgência, avultados investimentos de modernização, sob pena de ficar comprometida a qualidade dos seus produtos e, conseqüentemente, o seu futuro.

Todavia, para a sua concretização, **o actual Governo Socialista, para além de não querer respeitar o modelo então acertado e os compromissos assumidos pelos últimos governos social-democratas, está a empatar o respectivo processo.**

Depois de tudo isto, dir-me-ão os mais liberais que o Governo não é gestor de empresas.

Certamente!

Mas, também não é menos verdade, que não se poderá alhear pura e simplesmente, sendo sua obrigação acompanhar o evoluir do tecido empresarial da Região, do qual faz parte o do Faial.

Aliás, ao folhear o Programa deste Governo, facilmente se chega a tal conclusão. Podemos mesmo, na parte respeitante a estes casos, detectar excelentes princípios e objectivos a alcançar. Não resisto por isso, a aqui transcrever alguns deles, fundamentalmente para avivar a memória dos seus autores e, sobretudo daqueles que são responsáveis pelo seu cumprimento.

"A Nova Autonomia exercer-se-á com vista a alcançar uma nova energia na política económica e social da Região.

Defender as empresas, criar emprego, generalizar a solidariedade, são os grandes objectivos da acção governativa, potenciando a utilização de recursos financeiros públicos e mobilizando o sector económico privado.

É do interesse regional não perder a experiência industrial acumulada nas agro-indústrias, como é do interesse regional desenvolver a produção agrícola que a sustenta.

Uma sociedade que, inconscientemente, deixa destruir a sua vocação centenária como Região produtiva, está a limitar a sua capacidade endógena de afirmação como entidade autónoma.

O Governo Regional propõe-se criar as condições necessárias, para que o mundo rural opte por um novo rumo de desenvolvimento.

**Um novo rumo que torne possível:**

**I) a defesa dos sectores tradicionais da agro-pecuária e agro-indústria;**

.....

**IV) A renovação e a modernização da base produtiva do sector cooperativo;**

**V) A salvaguarda da nossa base de conhecimentos técnicos e de gestão —  
construída desde o séc. XIX;**

E, acerca do **sector cooperativo**, ainda se pode ler:

"A opção do Governo é reforçar prioritariamente as actividades competitivas ou potencialmente competitivas, garantindo à partida a suficiente dotação orçamental. **Iremos envolver na execução deste Programa as associações de produtores, de industriais e o movimento cooperativo.**

É objectivo apoiar a **reestruturação dos sectores de transformação**, nomeadamente **na sua vertente cooperativa, como igualmente dar apoio à modernização da base produtiva do sector cooperativo.**"

E nas "Novas Políticas para as Pescas", entre tantas outras intenções, diz-se que é necessário a **"consolidação do sector conserveiro da Região"**.

Decorridos os primeiros catorze meses de governação, em balanço efectuado pelo Presidente, é reafirmado:

"Continuaremos a nossa aposta no domínio da modernização das nossas explorações agrícolas e **no reforço da base regional da indústria agro-alimentar e do sector cooperativo**".

Srs. Membros do Governo:

Depois da transcrição destas passagens do Programa do Governo, impõe-se colocar algumas questões:

Será que a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, instituição de utilidade pública, com mais de 500 associados, não é considerada por este Governo como merecedora de ser apoiada e abrangida por um processo que, inquestionavelmente, vai contribuir para a renovação e modernização da base produtiva do sector cooperativo?

Se o não é, então quais as situações que poderão beneficiar desse apoio?

Será que se o Governo apoiar aquela Cooperativa, que ao longo de quase meio século tem estado em permanente actividade ao serviço da lavoura faialense, que tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da economia açoriana e que, graças à sua exemplar gestão, felizmente nunca precisou de receber subsídios para cobertura de défices, não estará justificadamente a "potenciar a utilização dos recursos financeiros públicos e a mobilizar o sector económico"?

Será que, face à sua experiência, ao seu passado e ao grande empenhamento dos seus associados, nomeadamente dos seus dirigentes, esta Cooperativa não merecerá o

apoio do Governo, para que o capital social permaneça sob a orientação dos seus cooperantes?

Que pretende este Governo transmitir aos açorianos, quando continua a insistir a ter como seu objectivo "o reforço da base regional da indústria agro-alimentar e do sector cooperativo", quando na realidade não cumpre com essa prática?

Que entende o Governo por "consolidação do sector conserveiro" e o que tem feito, até agora, para cumprimento do seu Programa nesta matéria?

Que vai ser feito dos trabalhadores da LAFAL e das largas dezenas de mão-de-obra feminina que durante a maior parte do ano trabalhavam na B. J. Borges, hoje COPEFA?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito mal estaríamos nós se, passado mais de um ano, este Governo da "Nova Autonomia" nada de positivo tivesse feito.

Mas, com toda a sinceridade, começo a ficar preocupado, quando vejo alguns dos acérrimos críticos dos Governos do PSD afirmarem em público e até escreverem artigos na imprensa, em que, categoricamente, declaram nunca terem imaginado ser possível, tão cedo, sentirem saudades dos tempos da "nossa Autonomia".

Receio, muito francamente, que certas posturas e práticas deste Governo estejam a conduzir a Região não a uma **Nova Autonomia**, mas sim aos tempos do **Antes da Autonomia**.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que não percebi se a intervenção do Sr. Deputado Eugénio Leal pretendia criticar o Governo, ou se pretendia criticar alguns agentes económicos, porque há uma primeira parte em que fala da Martins & Rebelo, da LAFAL e da

COPEFA sem dizer quem é o responsável por tudo aquilo que aconteceu e que ainda está a acontecer.

Todavia, há outros aspectos na sua intervenção que não podem passar em claro.

Vamos falar da LAFAL.

Quando este Governo chegou ao poder, V. Exa. sabe perfeitamente qual era a situação da LAFAL, qual o atraso do pagamento aos agricultores e também sabe quem é o responsável por essas falhas.

O Sr. Deputado também sabe que foi este Governo, em diálogo com os produtores, que conseguiu — e bem, na minha opinião, acho que foi dos actos mais meritórios do Governo nesta Ilha — a integração destes produtores na Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Estabeleceu-se um procedimento apoiado pelo Governo Regional e os dramas que existiam naquela altura — e eu recebi esses produtores de leite como certamente o Sr. Deputado também recebeu — ficaram resolvidos e nós, tal como o Governo, já sabíamos que de imediato se punha o problema dos trabalhadores. Para isso, eles têm recorrido aos sistemas de protecção social que existem, porque na verdade, uma vez que os produtores deixaram de depositar ali o leite, esse problema era evidente.

Essa integração foi feita na Cooperativa Agrícola, e de acordo com as informações de que eu disponho está a correr muito bem e está sendo apoiada pelo Governo.

Mas a atitude do Governo em relação a este problema não ficou por aqui.

Pôs-se o problema do leite do dia e também aí, como o Sr. Deputado muito bem sabe, o Governo apoiou a Cooperativa para a aquisição de uma máquina que ainda não chegou, por motivos completamente alheios ao Governo, porque eu próprio — e tenho conhecimento de que o Governo já o fez — já perguntei muitas vezes pela tal máquina que ou está em Espanha, ou está no contentor, ou ainda vem a caminho por via terrestre ou de barco. Isto são problemas completamente alheios ao Governo e ele fez aquilo que lhe competia nesta matéria.

Relativamente ao "empatar o processo" (palavras suas, Sr. Deputado), V. Exa. também sabe que, neste momento, o projecto deve estar já no IFADAP e se não está há mais tempo, a responsabilidade não é do Governo, porque houve atrasos da parte



da própria Cooperativa, e isso foi reconhecido por eles, e só há muito pouco tempo é que os processos entraram no IFADAP.

Além disso, garanto, Sr. Deputado, que o Governo está a estudar com muita seriedade o apoio a prestar àquela Cooperativa, porque de facto nós não podemos entregar dinheiro sem termos a certeza da viabilidade de todo o processo e posso garantir-lhe, Sr. Deputado, que o Governo — e sem prejuízo daquilo que o Sr. Secretário possa dizer sobre esta matéria — está a estudar esse assunto com muita profundidade.

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

**O Orador:** Finalmente, e já termino Sr. Presidente, o Sr. Deputado aflorou ainda o problema das pescas.

Sr. Deputado, cuidado com o problema das pescas. A frota azul é aquilo que se sabe, as dívidas são aquelas que se conhecem e esse problema é muitíssimo mais complicado.

Para já, eu não falarei nele, mas talvez voltarei a falar noutra oportunidade.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi com agrado que ouvi reler aqui excertos do programa do Governo e vi fazer alusão à Nova Autonomia, sobretudo na sua vertente económica. Aliás, noutras circunstâncias e noutras funções, como Vice-Presidente do PS, recentemente tive ocasião de reafirmar nesta cidade que 1998 é, na nossa opinião, o ano de reformas estruturais do ponto de vista da economia.

Reafirmámos o que está escrito no Programa do Governo e o que estava escrito no programa eleitoral do PS.

Mas mais do que reafirmar, quando se fala de apoio ao movimento cooperativo, há coisas que já estão feitas num ano.

Num ano, avançou-se com o processo de reequilíbrio de algumas cooperativas, nomeadamente no Pico, no Faial e nas Flores que tinham o pagamento do leite em atraso e nós colocámos essas cooperativas no caminho certo.

Aqui, no Faial, pessoas com legítimos direitos, vieram a esta Assembleia em risco de perderem as suas casas e hoje estão a caminho de verem ressarcidos os problemas que estavam a ter.

Mais do que isso, tomámos decisões de fundo no que diz respeito a investimentos na UNICOL e na UNILEITE e esses investimentos estão em vias de serem adoptados no Pico e no Faial.

Estamos perante um processo, como disse o Sr. Deputado Fernando Menezes, de uma cooperativa que logo na primeira audiência que eu fiz, declarou-me e chegou-se a comprovar que o projecto que tinha em mãos era um mau projecto do ponto de vista técnico e do "layout" e foi preciso, com o nosso apoio técnico, refazê-lo ao longo de 1997. Estamos no fim desse processo.

A fase seguinte diz respeito à candidatura e vai seguir o seu processo normal através das vias competentes e com o apoio declarado e explícito do Governo Regional.

No fim deste processo, o que nós queremos é que a Cooperativa saia fortalecida e quando digo "sair fortalecida", não é meramente construir uma nova fábrica, um novo edifício ou comprar nova maquinaria, mas sim sair fortalecida do ponto de vista financeiro e da sua capacidade comercial.

É esse o processo que vamos fazer em colaboração com a Direcção da Cooperativa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Menezes:

A maior parte da sua intervenção era dispensada porque eu, sobre a questão da LAFAL fui claro. Disse de quem era a culpa e até mesmo alertei o Governo para ter em atenção, em situações futuras, ao tentar arranjar parceiros, e não digo mais..., porque depois todos nós, o Governo e os lavradores, é que ficamos com as "batatas quentes na mão".

Sobre essa matéria fui muito claro na minha intervenção e não tenho dúvidas.

Sobre a questão do Governo estar a apoiar a Cooperativa, o projecto técnico já vinha do anterior executivo e também tenho a informação de que não concordaram plenamente com ele e que este Governo deu o seu apoio à realização de novo projecto.

O que está aqui em causa sobretudo, Sr. Deputado Fernando Menezes e Sr. Secretário Regional da Agricultura, é justamente a questão do modelo que vai ser utilizado quando for necessário fazer os investimentos — o projecto parece que está em curso de candidatura — para a candidatura e como é que vai ser resolvido o problema da participação dos capitais próprios.

Eu não estou aqui a dizer que o Governo não está correcto na integração dos lavradores na CALF e isso até já vinha do anterior Governo. Eu não estou aqui a criticar essa situação.

Sobre a questão do leite do dia, Sr. Deputado Fernando Menezes, a máquina já chegou e só não chegou mais cedo, porque houve alguns atrasos do Governo na assinatura de uma portaria e daí ela ter ficado mais uns dias em Espanha, porque a empresa onde ela foi reparada não a deixava vir enquanto não pagassem, mas essa é uma questão que havemos de falar para a próxima!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Olhe que não!

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Olhe que sim!

**O Orador:** Quanto à questão das pescas, de facto, este ano a safra foi má, mas o Sr. Deputado sabe muito bem que infelizmente para a economia do Faial, que ao fim e ao cabo é de todos os açorianos, a B. J. Borges não tem passado pelas melhores condições e isso ainda tem a ver com a frota azul.

Vamos deixar isso para uma outra altura, mas desde já digo que ainda bem que houve frota azul, com atrasos do pagamento, com problemas técnicos, com reparações que são precisas efectuar, mas se não tivesse havido a frota azul, possivelmente não teria havido a vermelha, nem a azul escura, nem a multicolor. Temos que reconhecer isso.

O Sr. Deputado que está aí sentado à sua esquerda, nesta Casa...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ele tem nome! É o Deputado Manuel Serpa!

**O Orador:** ... por várias vezes naquela tribuna, quando era oposição, veio tecer elogios à forma como a política de pescas estava a ser feita.

A frota azul hoje está mal, porque era um processo normal. Se não houvesse frota azul como disse, se calhar continuávamos com as embarcações e se calhar como estávamos há alguns anos atrás, sem condições de habitabilidade, etc., etc..

O Sr. Deputado Nuno Almeida já está pedindo a palavra, mas isto chegou ao ponto que chegou, porque houve de facto o arranque na frota azul, que o Governo anterior iniciou e muito bem.

Mas quanto a essa discussão das pescas, digo aqui claramente que deixarei para próxima oportunidade, porque tenho que respeitar os meus colegas de bancada que têm intervenções para fazer sobre outras matérias.

**Presidente:** Sr. Deputado, esgotou o seu tempo.

**O Orador:** Vou já terminar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Em suma, a minha intervenção pretende dizer que a nossa economia não está cor-de-rosa por todo o lado.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E eu pensava que estava!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E pensava muito bem!

**O Orador:** O Sr. Deputado do Faial tem que concordar comigo.

Das três indústrias que ainda o ano passado laboravam, este ano temos apenas uma. Este era um dos propósitos.

O outro, era apenas saber se o Governo continua com a abertura que havia do anterior Governo de que a forma de financiamento dos capitais próprios para o investimento que é necessário fazer na Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial se mantinha.

Pelos vistos, o Sr. Secretário está aberto a essa solução.

Pensava que tinha informações que não iam bem nesse sentido, mas fico muito satisfeito se de facto é essa intenção do Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ficamos combinados para falar da frota azul noutra altura. Aceito o desafio.

Gostaria de dizer que em relação ao modelo apresentado pela Cooperativa em termos de financiamento, está a ser estudado. Eu conheço-o e julgo que todos conhecemos.

Em relação à Cooperativa existe um problema não só de modelo, mas também de mercado que temos que averiguar com algum cuidado.

Em relação à COPEFA, eu também partilho dessas preocupações. Na Ilha do Faial essa questão é muito séria e a ameaça é grande.

Aquela indústria emprega, sazonalmente, muita gente. Há poucos dias estive lá e é triste ver aquilo completamente vazio.

Já houve contactos com o Governo Regional sobre essa matéria, mas é um problema muito delicado.

Como sabe a COFACO atravessa um momento difícil, mas sei que o Governo Regional está a estudar com muito cuidado esse problema, porque ele diz respeito a investimentos nos Açores e fora dos Açores.

De facto, é um problema delicado que tem que ser equacionado.

Não me parece, sinceramente e sem qualquer reserva, que o Governo Regional deva permanentemente injectar avultadas quantias, sem saber rigorosamente onde é que elas vão ser colocadas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou deixar para mais tarde falarmos na frota azul, Sr. Deputado Eugénio Leal, porque o assunto é tão importante e tão interessante para mim que vou querer falar nele desde já.

Quando o Sr. e o Sr. Deputado Fernando Menezes falaram na ex-B. J. Borges, actual Conservas de Peixe do Faial SA., conhecida por COPEFA, apeteceu-me falar na frota azul, porque um dos problemas que a Conserva de Peixes do Faial e do Pico, ou Comercial e Fabrico de Conservas SA passam neste momento nos Açores, é precisamente por causa da frota azul.

É muito simples fazer essa análise.

A frota azul da forma como foi criada e implementada, além dos erros técnicos de construção dos navios — aí ninguém tem culpa de os terem cometido a não ser o estaleiro e quem os comprou e fiscalizou a obra, a culpa não foi minha — criou um clima de especulação no mercado da construção das embarcações nos Açores.

Nós chegámos ao ponto de eu tentar negociar com proprietários de embarcações que foram oferecidas pelo Governo e que nem reservas de propriedade tinham — embarcações totalmente oferecidas, com varagens pagas, obras pagas, grandes

reparações pagas e seguros pagos — seguros de grupo com empresas de fora da Região, muito mais baratos do que a "Açoreana" fazia na altura e eles recusaram-se a entrar no grupo, porque era o Governo que lhes pagava os seguros. Foi aí que eu descobri que era o Governo que lhes pagava os seguros.

Toda esta manobra económica que andou à volta da frota azul é que especulou o mercado e retirou capacidade aos privados.

A frota vermelha, cor-de-rosa e multicolor, não apareceu por causa da frota azul, mas sim porque os seus investidores investiram e mesmo assim, tiveram que sofrer a concorrência destes que não tinham que investir, porque eram financiados pelo Governo, ou seja, com o nosso dinheiro. O Sr. está a perceber?

Aí é que está a diferença, porque aquilo que tínhamos que ter feito na altura, e não vamos "chorar sobre o leite derramado", era encontrar mecanismos comunitários, que aliás existiam, e divulgá-los ou pelos menos ter interesse neles. Mas provavelmente foi mais fácil, ou até mesmo mais eleiçoeiro, estar a construir navios de cento e tal e duzentos mil contos e oferecê-los assim a "torto e a direito", do que estar a canalizar esses financiamentos para fundos comunitários.

Era assim que se deveria ter feito, ou seja, divulgar diplomas de fundos comunitários e até mesmo de alguns diplomas nacionais e regionais, para permitir que os empresários investissem.

Eu espero que esse caso da frota azul seja mais aprofundado e que venha a ser visto com outros olhos, porque realmente, Sr. Deputado, só não vê quem não quer ver e, neste caso da frota azul, ela não é ainda a frota do Governo — pode ser que um dia ainda venha a ser — mas pode ser que um dia estes armadores entreguem os navios ao verdadeiro dono quando eles já não prestarem, obviamente. Mas realmente esta é uma questão lamentável.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para uma palavra final referente ao assunto da Cooperativa de Lacticínios da Ilha do Faial e queria centrar-me aí, para que tudo fique muito claro.

Não é filosofia deste Governo substituir-se às cooperativas ou aos empresários privados, na definição de modelos.

Compete a este Governo apoiar a reestruturação do movimento cooperativo ou das empresas privadas, no sentido de que elas fortaleçam.

É muito fácil — é o mais fácil de tudo — orçamentar e dar dinheiro.

O que é difícil é ajudar tecnicamente e ajudar do ponto de vista comercial e da reorganização interna dessas organizações, para que elas consigam mobilizar recursos e saiam fortalecidas de projectos de investimento, porque experiências de pôr dinheiro no movimento cooperativo que não conduziram a nada, nós já as temos. Basta olhar para São Jorge e para as centenas de milhares de contos que se puseram lá e ter em conta que este ano tivemos que ajudar a UNIQUEIJO a candidatar-se a um processo de desendividamento para contribuir para o seu reequilíbrio financeiro.

Dar dinheiro é o mais fácil. O que é difícil é ajudar essas empresas e essas cooperativas a andarem para a frente para solidificarem-se.

Aí, eu, como Secretário, e este Governo, não nos vamos substituir ao movimento cooperativo como não substituímos as empresas privadas.

Vamos acompanhá-los, vamos aconselhá-los, vamos dar o nosso apoio, mas não vamos substituí-los totalmente.

Nós não vamos colher modelos para as cooperativas.

Vamos articular, vamos negociar com elas, vamos utilizar a força do Governo Regional quando for necessário para dar mais poder negocial junto da banca, junto do IFADAP, junto das diversas entidades, mas não nos substituímos às entidades, porque esse é um mau caminho, é um caminho sem futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O mal de alguns nunca serviu a ninguém, Sr. Deputado Eugénio Leal.

Há cerca de dois anos, quando disse nesta Casa que ao desviar-se os investimentos da pesca atum de São Roque do Pico para a Praia da Vitória, estar-se-ia a cometer um dos maiores crimes económicos à Ilha do Pico, ninguém respondeu.

Por arrastamento, parece que esse mal que atingiu o lado norte da ilha numa unidade industrial que empregava mão-de-obra feminina, desde a Calheta do Nesquim até quase São Mateus, hoje está a atingir a Ilha do Faial.

Esta é a reflexão que podemos fazer hoje, porque a opção foi teimosa, a opção na altura foi oferecida e hoje não interessa julgar ninguém, mas os males ficaram.

A Terceira não estava à espera daquela benesse, porque não havia tradição, nem sequer investidores locais para fazerem aquela fábrica na Praia da Vitória.

Hoje, todos clamamos e o pior é que temos uma unidade industrial fechada em São Roque, o pior é que nos informaram na altura de que a União Europeia não ajudava nas aquisições de unidades antigas.

Quando estivemos o ano passado em Bruxelas, na Direcção Geral de Pescas disseram-nos que não, que todos os processos eram acompanhados e desde o momento que tivessem interesse para a economia local, eram acompanhados, vistos e decididos.

Não se olhou a isso e criou-se uma unidade nova. Ainda bem para os terceirenses, ainda mal para os picoenses.

O nosso mal não vai fazer bem aos terceirenses. Oxalá que o bem deles nos faça algum proveito a nós.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É óbvio que ninguém está pedindo que o Governo se substitua integralmente à Cooperativa, mas é lógico que há muitas formas de apoiar.

O Governo, como entidade, pode conversar, estudar assuntos, apontar directrizes e eu falei no caso concreto de uma cooperativa que julgo que tem sido exemplar nessa matéria e não tem actuado mediante loucuras e tenho que dizer que esta cooperativa tem um passado.



Portanto, vou ficar a aguardar o evoluir da situação, nomeadamente as conversações do Sr. Secretário com a Cooperativa e faço votos que tudo corra pelo melhor, deixando sempre uma preocupação no ar sobre aquilo que se diz que vai acontecer. Mas como também se diz muitas coisas, vamos dar algum tempo ao Governo e ao Sr. Secretário para ver como é que as coisas evoluem.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, estamos em 1998 e tenho que dizer ao Sr. Deputado que a reconversão das pescas decorreu há muitos anos, ainda não estávamos integrados na Comunidade Europeia, ainda não haviam subsídios de integração europeia, não havia fundos comunitários.

Em 1981 o Governo fez uma legislação que foi única no país.

Estávamos perante uma grande crise do atum que ocorreu durante vários anos e os armadores foram convidados a fazer investimentos, a colaborar. Dialogámos no processo de legislação que foi feito.

Enfim, não posso demorar mais. Esta foi a minha última intervenção sobre as pescas. Para concluir, quero-lhe dizer que nós estávamos numa altura em que se estava a negociar a adesão de Portugal à Comunidade Económica e um dos dossiers mais difíceis era precisamente o dossier das pescas.

Os nossos mares, a nossa Zona Económica Exclusiva, estava a ser altamente cobiçada e só haviam duas maneiras e uma delas, que foi aquela por que se passou, era ocupar a nossa ZEE, porque senão nós não tínhamos argumentos que pudessem ficar registados no Tratado de Adesão como ficaram, uma situação altamente elogiada pelos próprios países que faziam parte da Comunidade.

É preciso ter isso em atenção.

Permitiu-se apenas que 38 embarcações francesas viessem pescar aos Açores, utilizando unicamente o corrico e pescar o voador apenas durante 60 dias do ano. Foi a única autorização que foi feita, quando era conhecido que se queria que os mares dos Açores ficassem abertos à Comunidade.

Vamos situar as coisas no seu tempo, Sr. Deputado.

E não vamos falar em 1998 de coisas que hoje são bem mais fáceis de falar, mas que na altura eram bem diferentes.

Tenho que terminar a minha intervenção, — apesar de já ter notado que o Sr. Deputado Nuno Barata voltou a pedir a palavra — mas voltaremos a este assunto numa outra oportunidade e com muito gosto, porque durante vários anos acompanhei este processo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu admito que no período anterior à adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a questão da ocupação da ZEE dos Açores fosse uma questão prioritária.

Na altura, por volta de 1987, escrevi um texto sobre isso e também defendi essa situação.

O que é certo é que depois da adesão plena, continuou-se a fazer o investimento nos moldes em que tinha sido feito anteriormente.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Não senhor!

**O Orador:** Sr. Deputado, fez-se até 1995, "pela sua saúde"!

O Sr. não faça cara de quem não sabe porque sabe perfeitamente.

Em 1995 ainda se fez uma coisa com investidores da Madeira.

O Sr. é que começou por dizer que se não fosse a frota azul não havia mais nada...

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Disse e reafirmo!

**O Orador:** ...pelo contrário, permita-me discordar.

No que diz respeito ao atum, não são mais ou menos licenças estrangeiras que vão delapidar o nosso património. Aquilo não é nosso. Eles passam aqui, umas vezes muitas, outras poucas e ninguém sabe explicar e não é pelo facto de passar por cá a frota, porque ela este ano esteve cá e não pescou nada.

O que me preocupa Sr. Deputado, são algumas análises económicas — e já ontem aqui fizeram-se muitas — sobre os empresários, dizendo-se que se o Governo não investisse por um lado os empresários não investiam pelo outro e eu, no meio disto tudo, sem ser economista, mas empresário e investidor, começo a pensar "coitado de quem passa as dores!".

Os economistas conhecem muito bem todas essas coisas, mas a gente é que estamos "penando o gadelho" lá fora!

Como diria um grande empresário norte-americano que não tinha nenhum curso de economia, e com muito respeito pelos economistas aqui presentes, isto é só um aparte: "os economistas são aqueles que têm a mania que sabem tomar conta do dinheiro daqueles que o sabem ganhar".

*(Risos da Câmara)*

Na prática, nós é que sabemos o que é que precisamos.

Os Srs. podem ter imensos indicadores, o Sr. Deputado Augusto Elavai pode vir para aqui com os indicadores que tiver, mas os juros somos nós que os pagamos e nós é que assinamos as letras.

Permitam-me este aparte como empresário, porque estou aqui na qualidade de deputado e não quero continuar a falar como empresário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

**Deputado José Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A Região Autónoma dos Açores situa-se a meia distância entre o continente europeu e o americano. Se por um lado, esta situação geo-estratégica se demonstrou desde a sua descoberta e se demonstra ainda hoje sobremaneira atractiva, por outro lado o seu afastamento dos grandes centros económicos e a dispersão e descontinuidade do seu território vem-se revelando um particular entrave que tem condicionado o desejado crescimento económico, sempre no horizonte dos seus governantes e nas expectativas daqueles que aqui decidiram desenvolver o seu projecto de vida.

Então poder-se-á legitimamente colocar a questão, por que razão os Açores sempre capitalizaram a sua posição no globo como plataforma distribuidora e abastecedora de tráfego, desde a época dos descobrimentos e mais recentemente no apoio em conflitos internacionais, e simultaneamente, tal situação parece obstaculizar o seu desenvolvimento.

A resposta parece-me simples. Por causa daquilo, que faz a ligação física da Região ao mundo: os transportes.

Na verdade, durante muitos séculos, o único meio de transporte entre os vários continentes e entre estes e os Açores, era o marítimo.

Durante este período, os Açores integraram-se perfeitamente nas mais importantes rotas do mundo, assumindo especial e reconhecida importância por altura dos descobrimentos e de que é exemplo a Rota das Índias.

Actualmente com a diversidade de meios de transporte e com a maior autonomia e capacidade de deslocação, quer dos meios aéreos quer marítimos, sente-se que os Açores perderam a capacidade para estarem enquadrados nas rotas comerciais do mundo.

Quer isto dizer que, com os modernos meios de transporte, perdeu-se grande parte da importância em termos de rotas marítimas, mantendo-se apenas alguma importância nas rotas aéreas, nomeadamente aquelas que têm por fim objectivos militares.

**Contudo, esta realidade não se deveria ter constituído como “handicap” do desenvolvimento económico, porquanto a evolução da ciência e da tecnologia só deveria contribuir para um mais fácil acesso a boas redes de transportes aéreos e marítimos quer inter-ilhas, quer na ligação dos Açores ao resto do mundo, muito especialmente ao Continente e aos grandes centros de açorianos emigrados.**

**Conclui-se assim, que, ou os transportes esqueceram os Açores, ou foram esquecidos por aqueles que tinham a obrigação de os dinamizar e modernizar, com a necessária e óbvia consequência de o desenvolvimento económico e a resolução de certos constrangimentos sociais terem de esperar por melhores oportunidades.**

Como instrumento fundamental da actividade produtiva, ao permitir a colocação de matérias primas e equipamentos nos locais de utilização e a distribuição dos produtos acabados, os transportes têm nos Açores um papel ainda mais peculiar e efectivo.

Sendo esta uma Região onde a dinâmica da sua economia e o bem estar das suas populações depende do fluxo de passageiros e carga que entra e sai do arquipélago, e da facilidade como circulam entre as ilhas que o compõem, o custo e a frequência dos transportes têm papel determinante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Muito se tem dito e escrito da ligação aérea dos Açores com o Continente, assegurada pela transportadora aérea nacional que, apesar das significativas indemnizações compensatórias que recebe pela prestação deste serviço na qualidade de único operador, nem sempre tem correspondido às efectivas necessidades daqueles que se socorrem dos seus serviços.

Muitos têm sido aqueles que continuam a manifestar-se contra o serviço prestado pela TAP. Se não são as dificuldades na marcação de reservas, são as dificuldades criadas pelos horários, que obrigam a que a chegada à capital se faça às horas mais impróprias e inconvenientes.

As “tarifas festival” constituíram a 1ª grande mexida no tarifário da TAP, que fez com que esta questão passasse a ser uma matéria onde a Região pudesse ter uma palavra a dizer. E são estas tarifas que têm proporcionado a deslocação de alguns açorianos ao Continente a preços convidativos e aliciantes, sendo contudo, ainda insuficientes para responder à procura gerada.

Estamos convictos e conscientes da necessidade do abaixamento do preço geral dos transportes aéreos, questão que nem sempre mereceu a devida atenção de anteriores governos, quer Regionais quer da República e que agora constitui uma das principais preocupações do VII Governo Regional, estando já constituído um grupo de trabalho para aprofundar soluções e pesquisar alternativas.

Nunca é demais realçar que se para os anteriores governos regionais esta era uma matéria desejadamente esquecida e de desfecho inglório e que apenas fazia parte dos recônditos e abandonados dossiers governamentais, para este Governo, estes como outros “tabus”, desvanecem-se rapidamente, perante o desespero e a angústia de uma oposição que durante mais de duas décadas não conseguiu quebrar o “jejum” de um povo que aspirava e que aspira, por uma solução rápida para este já arcaico e carunchoso problema.

O custo das tarifas nas ligações aéreas com os Açores, revela-se como o factor mais limitante e redutor da divulgação do destino turístico Açores, funcionando como agente especulador de uma economia já de si débil.

A redução no custo destas tarifas constituiria um elemento multiplicador e dinamizador de certos sectores da economia regional, permitindo um acumular de

mais valias muito mais significativas que as reduções operadas e essenciais na dinâmica comercial do Arquipélago.

Cada vez mais, são os operadores turísticos importadores e exportadores empresariais e responsáveis políticos que põem em causa o monopólio da TAP nas ligações com as ilhas, tornando cada vez mais importante e essencial criar condições de concorrência no próximo concurso para atribuição do exclusivo das rotas regulares entre os Açores e o Continente e onde a SATA poderá ter papel determinante.

Chama-se a atenção, desde já, também para o importante e decisivo papel que poderá ter a Transportadora Aérea Regional, no acesso dos açorianos, a preços mais baixos, à exposição mundial de Lisboa, efectuando voos “charters” a partir dos principais aeroportos regionais e facilitando, deste modo, a presença de muitos açorianos num dos mais notáveis e extraordinários acontecimentos de cariz internacional que alguma vez tiveram lugar em Portugal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quanto aos transportes aéreos regionais, as infraestruturas de base já existem e as políticas estão na realidade definidas. Contudo, se se pretende outra dinâmica de pessoas e eventualmente de bens dentro do Arquipélago, é necessário encontrar um meio de transporte alternativo ao único que faz a ligação de passageiros entre todas as Ilhas dos Açores.

Neste caso, teremos que nos voltar para o transporte marítimo de passageiros em complemento e, por vezes, alternativa ao anterior, que nunca teve a atenção e o respeito de quem ao longo de vários anos poderia ter feito muito mais do que efectivamente fez. Nos últimos tempos, este tipo de transporte tem sido alvo de outro tipo de diligência e interesse por parte de operadores privados, autarquias locais e muito especialmente deste Governo.

Pela primeira vez, a questão da utilização de barcos rápidos é tratada de uma forma cuidada e numa perspectiva abrangente.

Pela primeira vez, estuda-se a possibilidade de se criar uma rede de transportes internos que ligue de uma forma exequível, rápida e eficaz todas as ilhas.

As condições dos nossos mares não são razões suficientes para justificar a confrangedora ausência de embarcações adaptadas à nossa realidade, ao contrário do

que se verifica em outras paragens. Seguramente noutros contextos físicos, mas também com eventuais facilidades e possíveis dificuldades. Desde há muito, que existem ligações rápidas marítimas nos Arquipélagos Espanhóis das Canárias e Baleares.

O “know how” necessário certamente que já existe, só necessitando ser transposto e adaptado às especificidades dos nossos portos, cais e condições de navegação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Finalmente, no que se refere aos transportes marítimos de mercadorias, frete relativamente mais barato por unidade de carga em relação a outros modos, as políticas deste Governo têm tido em conta o contexto da liberalização, que ocorrerá no sector já no próximo ano nas ligações da Região com o Continente, de modo a assegurar um preço de transporte igual para todo o Arquipélago.

No que respeita ao mercado interno de mercadorias, uma rede eficaz de transporte local que também tenha em conta o supra-aludido transporte de passageiros, com o recurso a barcos rápidos, revela-se essencial para a criação de um mercado interno que permita alargar os micromercados que existem especialmente nas ilhas mais pequenas, ampliando os horizontes comerciais de algumas das nossas empresas que produzem para o mercado local, especialmente quando se trate de bens não perecíveis. Deste modo, poderia conseguir-se um duplo efeito de também possibilitar o acesso de uma parte alargada dos açorianos a produtos tradicionais com características peculiares, tão nossos, muitas vezes afectivamente tão próximos e fisicamente tão distantes.

Por tudo o que ficou dito e por muito mais que sobre esta matéria haveria para dizer, não é custoso concluir que durante 20 anos de avanços e recuos em vários sectores do desenvolvimento económico das nossas ilhas, o sector dos transportes foi seguramente daqueles onde mais se sentiu, pelo menos, a falta de capacidade que se exigia a tão importante mola propulsora de uma economia tão dependente como é a nossa.

Foi este diagnóstico decisivamente feito que permitiu as medidas rápidas e incisivas, que neste âmbito foram e serão tomadas por este Governo, fazendo-nos acalantar a esperança, baseada em atitudes concretas de que também neste aspecto, a Região

Autónoma dos Açores poderá avançar com passos seguros e determinados para um plano superior de desenvolvimento económico, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

O que, estou certo, todos desejamos.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta matéria dos transportes merece efectivamente a reflexão desta Câmara, mas quando falamos nela é preciso termos em atenção a história dos transportes nos Açores nos últimos 20 ou 30 anos e não assumir como verdade aquilo que parece que é e não é.

O Sr. Deputado Élio Valadão, referiu o custo dos transportes marítimos e gostaria de informar que esse custo é o mesmo para todas as ilhas. O que difere nas ilhas é um problema de estiva e de tráfego, mas nada tem a ver com o transporte marítimo.

O Sr. Secretário Regional, outro dia, informou-nos que tinha conseguido por parte do Governo da República uma deliberação em que as empresas que estivessem interessadas na cabotagem dos Açores, tinham que escalar 5 portos, 5 ilhas.

Esse Decreto já existe, já está a funcionar, portanto, não nos trouxe nada de novo.

Não sei se o Sr. Deputado teve oportunidade de ir a um seminário da iniciativa do Sr. Secretário da Economia e que, na minha opinião, julgo que teve grande utilidade, sobretudo para se tirar algumas ilações, ou seja, que barcos rápidos, são barcos grandes e são considerados barcos grandes os que levem 500 passageiros. Portanto, não há fluxo de passageiros nos Açores que justifique um barco rápido.

Mais:

Para além de metro e meio, dois metros de vaga, não há barco rápido que neste momento esteja operativo para fazer essas viagens.

Aliás, a experiência obtida com o JAPETOS, o ano passado nos Açores, é perfeitamente indicadora daquilo que é o êxito da operação deste barco, para não



falar da operação que também foi realizada com o outro barco que julgo que se chamada PÁTRIA que não cumpriu de forma alguma os objectivos pretendidos.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS): INDEPENDÊNCIA!**

**O Orador:** O Independência, desculpe. Este ano é que vem o PÁTRIA.

É preciso encontrar soluções.

O Sr. Deputado Manuel Serpa já as colocou e colocou-as gratuitamente para o Governo pensar nelas, mas não vale a pena estarmos a pensar que temos milhares de pessoas no tráfego dos Açores.

O "Ponta Delgada" andou anos seguidos nos Açores transportando entre as ilhas, depois dos aeroportos, dois e três passageiros.

Convido o Sr. Deputado a meter-se de Inverno num barco que dê 12, 14, 16 milhas — as que o Sr. quiser — e faça uma viagem daqui até Ponta Delgada, ou para as Flores ou até mesmo para a Terceira.

Não vale a pena termos ilusões.

De Inverno não há barcos rápidos para os Açores.

Isto não é um problema político, é um problema de bom senso e tem a ver com a nossa realidade e não com outra.

Era muito bonito que estivéssemos nas Canárias e tivéssemos a trabalhar com o "Jet-Foil", com milhões de turistas durante o ano para transportar nesse barco, mas não temos.

O Sr. Deputado quando aqui se refere ao que anteriormente foi feito, há 20 anos Sr. Deputado, o país nem navios tinha. As empresas públicas não tinham dinheiro nem para pagar o combustível e foi com isto que os governos anteriores se confrontaram e conseguiram levar os Açores por diante. Não foi com as benesses que há agora, com portos acostáveis e com navios que saem todos os dias à hora certa de Lisboa ou do Porto.

Julgo que é sempre possível encontrar erros, Sr. Deputado, mas penso que vai começando a ser deselegante a persistência em querer fundamentar os êxitos deste Governo nestes 15 meses, naquilo que não foi feito para trás.

Todos os êxitos deste Governo nestes 15 meses, assentam em 20 anos de trabalho e de progresso desta Região.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

**Deputado José Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Em relação aos transportes marítimos com os Açores e Continente, de facto, o que é preciso é que depois da liberalização, se assegure a manutenção do preço da carga em todas as ilhas dos Açores e foi em relação a isso que eu me referi.

Em relação ao seminário que ocorreu em São Miguel, de facto, não tive a oportunidade de estar presente, porque estava reunido na Comissão de Economia, Finanças e Plano em Angra do Heroísmo.

Eu não critiquei o trabalho dos Governos do PSD nos últimos 20 anos, apenas fiz um pequeno reparo e julgo que o Sr. devia reconhecer — estou convicto que é verdade, porque isto não é novidade nenhuma para ninguém, já foi debatido em muitas partes milhentas vezes — que os transportes marítimos são essenciais nos Açores.

Eu estou convicto de que se poderia ter feito um pouco mais do que se fez.

Se conhecer a realidade de outros arquipélagos em que há barcos, eu acredito sinceramente que se poderia ter estudado um pouco mais e aprofundado estas matérias.

É verdade que Portugal não tem a experiência que a Espanha tem, porque tem as Baleares, as Canárias, o Sul de Espanha que faz uma ligação sistemática com o Norte de África, mas acredito que era possível encontrar barcos, desde há algum tempo a esta parte, que pudessem no Verão fazer o circuito entre as ilhas de uma forma rápida e que permitisse alargar os tais pequenos mercados que fiz referência, quer ao nível de passageiros, quer ao nível de produtos, transportando produtos das ilhas mais pequenas, produtos específicos e particulares que pudessem ser vendidos nas ilhas maiores.

Penso que este mercado a nível interno é essencial.

Eu não estou aqui a inventar, nem a apresentar nada.

Desde há muito que o DREPA de então falava da importância dos transportes marítimos nos Açores, só que se calhar fez-se pouco nesta matéria, Sr. Deputado. Tal qual como reconhece que se fizeram alguns portos, criaram-se infraestruturas,

também devia reconhecer que nesta matéria fez-se pouco, não se fez aquilo que era necessário e passaram-se 20 anos durante os quais se poderia ter feito um pouco mais.

Nunca houve uma preocupação muito acentuada nestas matérias e é este o meu reparo que fica aqui patente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho que ser muito rápido e vou ser.

Sr. Deputado, eu não tenho nenhuma agrura nestas coisas, eu gosto destes debates parlamentares porque eles é que dão um certo "sal e pimenta" a esta nossa actividade política, outra coisa seria o marasmo.

Sr. Deputado, quem foi que tomou a iniciativa da construção dos Cruzeiros?

Quem é que durante anos, aguentou, apoiou e ajudou a actividade dos velhos iates do Pico?

Quem aguentou, até à última, a possibilidade de termos o Ponta Delgada nos Açores, até ao dia em que ele conseguiu chegar ao Faial, vindo de Ponta Delgada, sem ter transportado ninguém e no regresso transportou um militar da Terceira para São Miguel?

Gostaria também de chamar a atenção do Sr. Deputado — não está aqui o Sr. Secretário das Finanças — que estive nas Canárias, junto com o Sr. Secretário, no dia em que inauguraram o "Jet-Foil" que veio de Las Palmas para Tenerife e o Ministro dos Transportes Espanhol esteve nessa sessão e no outro dia de manhã o Jet-Foil era para sair e não saiu.

Perguntou-se: avariou...?

A resposta foi: **não**, o mar está bravo!

Vagas de menos de metro e o Jet-Foil ficou retido.

Há coisas que são inolutáveis e incontornáveis.

O Governo anterior que não quis castigar ninguém, fez o que pode com os meios que dispunha.

Houve muita gente que quis vender "Jet-Foil's" e "Hidrofoil's" e "Overcraft" à Região. Só que as coisas eram vistas e procurava-se ver com rigor, para depois não termos algumas surpresas como foi a surpresa do JAPETOS.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Élio:

Estive atento à sua brilhante intervenção.

V. Exa. referiu que há grandes êxitos nas ligações marítimas. Realmente, há alguns, mas infelizmente para o Grupo Ocidental esses êxitos ainda não chegaram e não se prevê que vão chegar tanto depressa.

Há pouco, na intervenção que proferi naquela tribuna, usei uma palavra um pouco dura que feriu o Governo e provavelmente também feriu a bancada do PS, mas realmente essa foi a única palavra que encontrei para definir tão grave problema.

Elogiei os CTT desta Região.

Não gostaram de ouvir que eles tinham mais respeito pelos corvinos do que o próprio Governo Regional.

Eu não esclareci isto na devida altura, mas julgo que este momento ainda é próprio para o esclarecer.

O que me levou a elogiar os correios, foi que os corvinos enquanto tiveram uma carreira marítima entre Corvo e Flores, a mesma foi suportada única e exclusivamente pelos CTT desta Região. Foi a única carreira regular que existiu entre o Corvo e as Flores.

Este Governo, que já há 15 meses exerce funções, julgo que já teve tempo suficiente para criar uma carreira regular entre estas duas ilhas.

A carreira dos CTT via marítima acabou, porque veio a SATA e, neste momento, os CTT estão a escoar o seu correio pela SATA e deixaram de pagar a dita carreira que foi paga durante vários anos e o único elo de ligação, sempre que o tempo o permitia, que os corvinos tiveram com aquela ilha.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Élio Valadão.

**Deputado José Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Madruga da Costa:

Se bem percebi da sua intervenção, o Sr. não concorda com os barcos rápidos e parece querer permanecer irremediavelmente no tempo do Ponta Delgada e dos Cruzeiros, que julgo que já estão um pouco ultrapassados, apesar de ainda prestarem um serviço aceitável na Região, mas é importante evoluirmos rapidamente.

Em relação ao Sr. Deputado João Greves, eu não referi grandes êxitos, mas estou confiante que é possível evoluir e melhorar os transportes marítimos na Região.

Na minha intervenção, tive a oportunidade de referir que seria um meio de transporte importantíssimo para ligar todas as ilhas dos Açores e, neste caso, incluiríamos logicamente as Flores e o Corvo.

Fico na expectativa de que isto possa acontecer de uma forma importante e imprescindível para aquelas populações do Grupo Ocidental.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Élio Valadão:

Eu sou um homem dos tempos de amanhã. Não tenho nada contra os barcos rápidos.

Na minha opinião, e é um pouco a opinião expendida há algum tempo pelo Sr. Deputado Manuel Serpa, o que é preciso é encontrar, com imaginação suficiente, algumas coisas diferentes na área dos barcos rápidos. Inclusivamente, as próprias pessoas que lá viajam nem apreciam isso, porque um cidadão que sai num dia magnífico de Verão da Terceira ou de outra ilha qualquer e tem que ir de cinto apertado dentro de um barco, nem sequer pode ir ao convés, como é o caso do Independência, isso não dá nenhum deleite nem delícia às pessoas.

O que julgo que o importante é encontrar um barco suficientemente confortável, um barco rápido e capaz de alojar, inclusivamente algumas viaturas e poder fazer um serviço redondo nestas ilhas como faziam os outros.

É preciso ter a noção que há aqui duas coisas que são contraditórias: no mar, a rapidez não é sinónimo de comodidade.

Quando o mar não está "liso", não está como "mel" e a lancha não se aguenta, não se pode andar à velocidade que se pretende.

O Sr. Deputado Manuel Serpa deu a sua experiência da Madeira, eu acrescentei alguma até com a combinação de aviões e de barcos e já agora posso também lhe dar uma sugestão, ou seja, alguém que vá às ilhas Shetland, ver como funcionam os "ferry's" entre Aberdeen e Lerwick, ou entre as ilhas Orkney e Shetland.

Há soluções por este mundo fora que é possível equacionar e ver.

Os barcos rápidos não são panaceia.

**Deputado Élio Valadão (PS):** O Sr. teve oportunidade de trazer essa informação para cá quando foi Presidente do Governo Regional!

**O Orador:** Sr. Deputado:

Eu talvez tive oportunidade de fazer muitas coisas e espero que daqui a 3 anos e meio, quando estas posições se invertem tudo esteja feito, porque então a nossa vida aqui dentro será uma espécie de actividade palaciana em que havemos de ler poesia uns aos outros.

É preciso deixar sempre alguma coisa para que os outros façam.

Nesta matéria dos transportes, sem complexos, eu estou aqui com grande à vontade, porque fui responsável pelos transportes, fui Presidente do Governo e não me envergonho de nada que fiz.

Sei as dificuldades com que me bati e sei que não é assim tão fácil como isso e a experiência está à nossa porta.

O JAPETOS não teve sucesso, as embarcações rápidas utilizadas entre as Ilhas Faial/Pico e Pico/São Jorge têm algum interesse, mas a verdade é que o que ganhamos daqui para o Pico é um quarto de hora de viagem, numa viagem de meia hora. Isto não é significativo.

Eu estou de acordo com o Sr. Deputado. Estão aí alguns barcos de cabotagem interna que fazem o serviço de cargas e que têm permitido esta permeabilidade de mercado.

É preciso que a gente perceba o que é que significa o mercado dos Açores.

O mercado dos Açores, às vezes significa carregar alguns caixotes de fruta da Graciosa para a Terceira, mas significa sobretudo algum abastecimento de mercearia e líquidos que vai da Terceira para a Graciosa.

Os graciosenses quando descobriam que o contentor de Lisboa era mais barato, o mercado interno que a gente fala já não é este.

Nós temos que entender o que é que significa mercado interno.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Eu expliquei na minha intervenção o que é que queria dizer.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diversificar a agricultura, poderia ser uma espécie de título para esta intervenção.

Fazendo um pouco de história, podemos dizer que os Açores e em especial a Ilha de São Miguel, viveram sempre ao longo dos séculos à sombra de grandes ciclos agrícolas.

Foi o ciclo do pastel, foi o ciclo do trigo, foi o ciclo da laranja e mais recentemente e já neste século tivemos o ciclo do ananás e nas últimas décadas vivemos sob o ciclo da agro-pecuária.

Mas uma diferença grande distingue estes ciclos do passado da monocultura do actual ciclo.

É que no passado, ao lado das culturas intensivas que caracterizaram esses ciclos, as nossas gentes continuaram a utilizar a terra para produzir os bens necessários à sua subsistência.

Ao lado do pastel, do trigo, da laranja, etc., continuou sempre a cultivar-se milho, vegetais, fruta e os demais produtos agrícolas necessários à subsistência das populações açorianas.

O que caracteriza o actual ciclo económico em que vivemos é que ele tornou-se de tal modo intensivo e extensivo, que fez desaparecer quase todas as outras culturas agrícolas existentes.

Lembro a título de exemplo, o extenso vale que se estendia da Ribeirinha aos Fenais da Luz e que era quase o celeiro da ilha. Em menos de trinta anos transformou-se na sua quase totalidade numa vasta área de pastagens.

Lembro no concelho da Ribeira Grande, extensas áreas onde florescia plantações de chá e que foram totalmente destruídas e transformadas igualmente em pastagens.

Para aqueles que não se lembram, recorde marcas de chá de grande qualidade que se vendiam por toda a parte: o chá da Mafoma, o chá da Condessa, o chá da Barrosa e o chá Canto, hoje totalmente desaparecidas e esquecidas.

Lembro o concelho de Nordeste que era tradicionalmente conhecido pela qualidade das suas árvores de fruto, sobretudo macieiras e pereiras. Hoje em dia é também um extenso mar de pastagens. Já ninguém conhece nos nossos dias a excelência e a qualidade que caracterizaram no passado as variedades das suas frutas.

É evidente que não quero com esta intervenção culpar os lavradores da nossa terra do estado actual das coisas.

É evidente que não podemos voltar ao passado.

É evidente ainda que não quero ver novamente homens mal pagos e mal alimentados a trabalhar a terra, à força de braços, desde o nascer ao pôr-do-sol.

Os tempos mudaram. Por um lado, a emigração dos anos 50 e 60 fez diminuir drasticamente a mão-de-obra e em consequência o seu preço subiu em flecha.

Por outro lado, a mecanização agrícola, a abertura dos mercados, a facilidade dos transportes trouxeram consigo a alteração profunda das nossas estruturas agrícolas.

E trouxeram também a nossa total dependência do exterior em termos de produtos agrícolas.

São as cenouras que vêm de França, são as cebolas que vêm de Espanha, são as maçãs, as laranjas e outras frutas que vêm dos quatro cantos do mundo, etc., etc., etc..

Mas se não podemos ter a veleidade de acabar com esta dependência, podemos, devemos e temos a obrigação de tentar atenuá-la na medida do possível.

Essa tarefa cabe, em primeiro lugar, aos próprios produtores agrícolas e, em segundo lugar, essa tarefa cabe também ao Governo Regional.

Vou procurar explicar, dando um exemplo concreto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A laranja que já foi no passado a principal fonte de exportação desta ilha, encontra-se em fase de decadência acentuada.

Uma boa parte dos laranjais já desapareceram e dos que não desapareceram, outra boa parte encontra-se em fase adiantada de degradação, sendo muito poucos aqueles que hoje em dia constituem explorações técnica e economicamente rentáveis.



Para tentar inverter esta situação, há cerca de um ano e meio, um grupo de produtores de citrinos de Rabo de Peixe, juntou esforços, chamou a si produtores de toda a ilha e fundou a primeira Cooperativa de Produtores de Citrinos da Ilha de São Miguel — a CITRO MAIS.

Neste momento, a “Cooperativa Citro Mais”, conseguiu já reunir produtores que, em conjunto, representam já uma área de produção de citrinos com cerca de mil alqueires.

Um primeiro objectivo desta nova Cooperativa é a melhoria da qualidade da laranja produzida.

Tem também como objectivo a curto prazo, a instalação de um sistema de frio que lhe permita satisfazer a procura do mercado durante os 12 meses do ano.

Vai ainda este ano procurar estabelecer um convénio com a Universidade do Algarve, no sentido de se estudarem novas variedades de plantas a introduzir nas nossas ilhas.

A Cooperativa está ainda a estudar a forma de combater as duas maiores pragas que põem em risco a sobrevivência dos pomares — a lagarta mineira e a mosca do Mediterrâneo.

Com o apoio da Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário, adquiriu já um terreno em Rabo de Peixe para as suas futuras instalações de frio e para nele instalar também um campo de experimentação agrícola que será acompanhado por técnicos com experiência no sector, ligados ao Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha de São Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os produtores de citrinos de São Miguel, têm a certeza de que algo está a mudar no sector dos citrinos.

Primeiro, com o nosso esforço, ao procurarmos associarmo-nos, para constituirmos uma força junto de um mercado cada vez mais agressivo e competitivo.

Segundo, com o apoio da Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente que, finalmente, compreendeu que com o seu apoio efectivo está a contribuir para ajudar a diminuir a nossa dependência do exterior.

E para além disso, vai conseguir-se em última análise salvar uma cultura centenária que estava condenada ao desaparecimento.

Mas há também um facto novo que não posso deixar de referir. O surgimento da Cooperativa dos Produtores de Citrinos de São Miguel, constituiu uma espécie de despertar. Os produtores de citrinos que se encontravam dispersos, desorganizados e sem qualquer tipo de projectos ou objectivos para o futuro, finalmente descobriram que unidos podem constituir uma força, finalmente descobriram que unidos podem conseguir significativas baixas nos custos de produção e, por último, finalmente descobriram que unidos podem sobreviver.

Também nunca será demais salientar neste processo, a força histórica do cooperativismo e do espírito cooperativo.

A nossa Constituição consagra-lhe um papel de relevo, reconhecendo-lhe uma importante função sócio-económica e o Código Cooperativo de 1980, veio finalmente consagrar como objectivo primeiro do cooperativismo o auxílio mútuo entre os cooperantes, contrariando uma tradição de quase um século, iniciada com o Código Comercial de 1988 que esvasiava as cooperativas do seu conteúdo mutualista, conferindo-lhes erradamente características acentuadamente mercantis.

**Presidente:** Sr. Deputado, informo que já esgotou o tempo atribuído ao seu Partido.

**O Orador:** Só mais um minuto, se me permite Sr. Presidente. Já estou a terminar.

E é neste carácter mutualista, de entre-ajuda dos cooperantes, que se vem desenvolvendo toda a actividade da Cooperativa Citro Mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se trouxe aqui esta nossa experiência, foi com o intuito de que o exemplo da “Cooperativa dos Produtores de Citrinos de São Miguel” possa servir aos outros produtores de citrinos de outras das nossas ilhas.

Para que não deixem ao abandono uma cultura que, se bem orientada, pode ser rentável e ser mais uma riqueza para a Região.

E ao mesmo tempo poderemos todos contribuir para diminuir a nossa dependência do exterior, tornando-nos assim menos vulneráveis e menos dependentes, criando mais riqueza e criando uma vida melhor para todos os que vivem e trabalham nestas ilhas.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Lembro-lhe ao mesmo tempo que o Sr. Deputado Silva Melo já não tem tempo para o esclarecer.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou colocar algumas questões ao Sr. Deputado Silva Melo, sabendo à partida que elas ficarão por esclarecer, uma vez que já não tem tempo.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dar os parabéns por ser um dos sócios fundadores da CITRO MAIS de São Miguel.

Além disso, comungo das suas preocupações, nomeadamente no que se refere a produtos que nós poderíamos produzir na Região, mas gostaria de lembrar o Sr. Deputado e a sua bancada em geral, que uma das linhas de força do programa deste Governo para agricultura, era precisamente a diversificação da mesma.

No caso de fruticultura, não é fácil mostrar algum trabalho em 15 meses no que diz respeito a essa diversificação, mas naquilo que é a horticultura ou a floricultura, estes 15 meses já podiam ter dado alguns resultados viáveis.

Para quem defendia um programa dessa natureza, infelizmente, até a este momento, não nos foi ainda possível ver nada de concreto nessa diversificação, como também ainda não foi possível ver numa outra vertente do programa agrícola, mais precisamente a extensão rural, coisa com que eu cheguei a concordar e a louvar naquela tribuna, só que infelizmente também parece que ficou pela intenção e distensão rural.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, encerrado este ponto, vamos interromper os nossos trabalhos até às 18.45 horas.

Até já.

*(Eram 18.15 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18.45 horas)*

Vamos entrar no **Período da Ordem do dia**, começando pela **Anteproposta de Lei sobre "Empréstimos externos a contrair pela Região Autónoma dos Açores em 1998"**.

Vamos iniciar o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em Novembro passado, foi aprovado nesta Assembleia o Orçamento da Região Autónoma dos Açores que autorizou a Região a contrair ou recorrer ao mercado de capitais até ao montante de 12 milhões de contos para financiamento do seu plano de investimentos.

Este limite de endividamento já estava previamente autorizado pela Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 1998.

A Anteproposta de Lei agora em apreciação, limita-se a solicitar através desta forma jurídica à Assembleia da República, que a contracção destas necessidades de fundos, deste eventual empréstimo ou mais do que um, seja feita no mercado internacional.

Não quer isto dizer que o empréstimo venha a ser feito recorrendo ao mercado de capitais internacionais, mas tão somente que seja autorizado a consultar as instituições financeiras estrangeiras para, em confronto com a consulta que também será feita às instituições de crédito nacionais, se escolher a melhor proposta.

Os próprios termos da lei dizem que "o empréstimo será feito no mercado internacional, **se** no mercado interno não forem encontradas condições mais favoráveis".

Aproveito também para dar conta a esta Casa, não obstante ter sido objecto de um comunicado do próprio Governo do dia 26 de Novembro de 1997, quando estávamos aqui a discutir o Plano e Orçamento, que esta Assembleia já autorizou em recurso ao

mercado estrangeiro, ao mercado internacional, a obtenção de 15 milhões e meio de contos para financiamento do Plano de Actividades do ano transacto.

Graças a esta autorização a que a Região tinha de recorrer ao mercado internacional, estas condições foram francamente vantajosas.

Assim, tomando como termo de comparação o empréstimo feito em 1996, poderá constatar-se que a maturidade do empréstimo do ano passado foi superior em 2 anos, ou seja, o primeiro empréstimo de 1996 foi de 10 anos, nós o ano passado conseguimos um empréstimo para 12 anos.

A taxa de referência foi a mesma — Libor a 6 meses — mas nas condições oferecidas, o "spread" que o ano passado conseguimos foi inferior em cerca de 50% ao anteriormente conseguido. Ou seja, enquanto que em 1996 conseguiu-se no mercado de capitais a taxa de 7.75 pontos base, o ano passado apenas conseguiu-se 4 pontos base acima da Libor a 1 ano postecipada

Por outro lado, recorrendo às notícias publicadas na imprensa internacional, no "Financial Times" e notícias do próprio dia, o empréstimo efectuado pela Região Autónoma dos Açores foi o melhor do dia e isto refira-se que foi numa situação de bastante perturbação dos mercados internacionais na chamada "gripe asiática" que assolou nesta altura os mercados financeiros mundiais.

No entanto, apesar desta crise, a Região (e digo isto com um certo prazer, porquanto é sempre agradável ver o nome da nossa Região bem referenciado na imprensa estrangeira e nos mercados de capitais), conseguiu efectuar a operação com um "spread" de apenas 15 pontos base acima da Libor.

Por outro lado, nas condições que nós contratualizámos com o banco líder da operação, conseguimos fazer uma operação "swap" para escudos, precisamente para eliminar o risco de câmbio e transferir o pagamento destas obrigações contratuais para escudos e conseguimos que a taxa contratual fosse apenas de 4 pontos base acima da Libor a um ano postecipada

As comissões foram substancialmente vantajosas, foram apenas 25% do montante da emissão, o que relativamente ao ano anterior a 96, veio fazer com que este empréstimo seja o melhor da nossa carteira de empréstimos que temos até aqui.

Relativamente ao montante da emissão, as despesas foram apenas de 0,06% e as despesas, no que diz respeito ao total do montante líquido recebido, foram de 0,31%. Refira-se também que a emissão foi feita ao par, ao contrário do ano anterior.

Para termos uma ideia do nível de taxas que a Região está a praticar relativamente a este empréstimo, a Lisbor a um ano, hoje, é de 4,38%. Se hoje fosse o dia de amortizar ou de fazer o pagamento dos juros deste empréstimo, nós iríamos pagar precisamente 4,38%, mais 0,04. Portanto, seria uma taxa de 4,42% que é quanto nos custaria este empréstimo.

Como disse, é com prazer e satisfação que anuncio estas taxas altamente favoráveis à Região e estou convencido que este ano — dado o bom nome que a Região tem dos mercados financeiros internacionais e que foi firmado na contratualização deste empréstimo, uma vez que não obstante as condições de mercado terem sido bastante adversas, a Região conseguiu estas condições que são altamente lisonjeiras para todos nós — é provável, isto não é uma certeza, mas apenas uma presunção, que a Região consiga ainda taxas melhores e muito provavelmente até mesmo no mercado interno, o que seria bom.

De qualquer maneira, creio que este será um instrumento indispensável para este ano de 1998 e a Região virá a beneficiar da concorrência que entretanto se estabelecerá entre as instituições de crédito nacionais e estrangeiras e de condições ainda mais favoráveis para o financiamento do plano de investimentos já aprovado por esta Assembleia.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos cabe aqui e neste momento, apreciar ou julgar a necessidade do recurso a empréstimos. Essa questão foi feita, como já aqui foi dito, aquando da aprovação do Orçamento e já é conhecida a nossa posição.

Só para relembrar, o PSD entende que, pese embora as elevadas transferências acrescidas que a Região teve, decorrentes da aplicação das Finanças Regionais e do acréscimo dos fundos comunitários, a Região ainda está a recorrer a empréstimos e

em valor muito elevado. Esta é a nossa posição de princípio e apesar de tudo, teve a nossa abstenção na altura.

Neste momento, estamos a apreciar e a discutir uma Anteproposta de Lei que autorizará o Governo a recorrer ao endividamento externo.

É claro que recorrer ao endividamento externo pressupõe, desde logo, que as condições nos mercados internacionais sejam mais vantajosas do que as dos mercados nacionais. É uma imposição legal e o Governo Regional tem que cumprir. Sempre o fez, fê-lo assim em 96 e em 97 e naturalmente só recorrerá ao mercado externo em 98, se isso for mais favorável do que o mercado interno.

Esta explicação que o Sr. Secretário acabou de nos fornecer é importante, porque faz-nos ter noção de como as condições no mercado externo foram mais vantajosas do que no mercado interno e, por isso, cumpriu com a autorização que foi dada o ano passado relativamente ao orçamento de 1997.

Queria acrescentar, e já tive a oportunidade de dizer isso em Comissão, que tudo isso tem a ver com um percurso que foi encetado em 1996, de classificação da Região num "rating" internacional de um primeiro empréstimo colocado em Londres a taxas muito favoráveis relativa e comparativamente àquilo que vinha detrás e tudo isto é um percurso que também tem a ver com a descida das taxas de juro nos mercados internos e nos mercados externos.

Dizer hoje que o último empréstimo foi o melhor de todos, é uma verdade "de La Palice".

Qualquer empresa, hoje, recorre a empréstimos em condições muito mais vantajosas do que recorria o ano passado, ou nos anos anteriores, é óbvio. As taxas de juro estão a descer, felizmente, no nosso país e nos mercados internacionais.

Quanto a isso não vejo nada de extraordinário, é bom para a Região, mas não é mais do que o percurso natural dos acontecimentos.

Voltando à discussão da nossa Anteproposta de Lei, como o PSD pretende o melhor para a Região e por isso não quer inviabilizar qualquer possibilidade dela ter acesso às melhores condições possíveis, ou seja, aos mercados onde essas condições possam ser oferecidas, nessa medida, vamos abster-nos nesta Anteproposta de Lei, deixando

toda a margem ao Governo para conseguir aquilo que for melhor para a sua própria gestão e para a Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, ocorre-me o seguinte exemplo:

Há famílias que têm graves problemas com o álcool e infelizmente em vez de se preocuparem em discutir a questão de como abandonar o álcool, ultimamente congratulam-se pelo facto do preço do vinho estar a descer!

*(Risos da Câmara)*

Eu compreendo que nós não temos hoje muita matéria para reflectir, porque como aqui foi referido, limitamo-nos a apreciar uma proposta natural por parte do Governo, na sequência da aprovação do Orçamento da Região para 1998. Estamos aqui a cumprir uma praxe.

A circunstância de estar aqui aberta a possibilidade de recurso ao empréstimo externo, como o Sr. Secretário muito bem disse, é uma eventualidade e decorre da obrigação do executivo obter as melhores condições possíveis para a Região.

O executivo tem que possuir os instrumentos para poder fazer um bom negócio. Aí estamos todos de acordo, se bem que algumas pessoas ao ouvirem detalhadamente a explicação inicial do Sr. Secretário, ficam com a ideia de que daqui a dias a banca vai dar um subsídio ao Governo para financiá-lo. É preciso ter um bocadinho de cuidado com este assunto, porque alguns particulares já se saíram mal com essas contas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É de todos conhecida a nossa posição relativamente a esta matéria e já foi aqui referida pela Sra. Deputada Berta Cabral.

Quando se dizia que a Lei das Finanças Regionais era uma lei satisfatória — chegámos todos a dizer que era uma boa lei, nunca desiludimos e discutimos isso em



Comissão — pela gradualidade que introduz, ainda deixamos as finanças regionais numa situação desconfortável.

É preciso termos presente que este Governo Regional já solicitou a esta Câmara, num período de 2 anos, pedidos de empréstimo no valor de 28 milhões de contos e convenhamos que se não houvesse a Lei das Finanças Regionais, estaríamos a caminho de um endividamento de 60 milhões de contos num mandato.

Como é uso nesta Câmara, o PS e o PSD ocupam metade do tempo a darem conta das desgraças alheias um do outro. Eu diria que neste capítulo, este não era melhor do que aquele. Isto é tudo a mesma coisa.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Não, este é melhor!

**O Orador:** A Região ainda não alterou o seu quadro financeiro de fundo. O que temos é o grande conforto de que a solução que está prevista, é uma solução que a prazo vai-nos possibilitar algum quadro de equilíbrio, mas todos sabemos que se corre o risco de, após o saneamento financeiro da Região Autónoma dos Açores, persistir uma dívida que na altura estimamos de 50 ou 60 milhões de contos. É pouco, em comparação com alguns clubes de futebol que andam de processo de saneamento em processo de saneamento, e a direcção de clube não se convence que uma vez tem que ser a última.

Essa discussão aqui, permite-nos reflectir e concluir que esta Região tem que ter uma política de austeridade, de contenção de despesas e tem que mudar de política, o que não se nota nalguns domínios, mas tem que haver uma efectiva mudança de política e de postura, por forma a que se consiga orçamentos que nos tranquilizem, para no futuro não haver indícios de derrapagem.

Seja como for, voltando ao quadro inicial, o Partido Popular em coerência com a sua atitude relativamente ao orçamento, em relação a esta matéria, vai-se abster porque estamos aqui, pura e simplesmente, a dar um instrumento ao Governo para utilizar a execução de um orçamento que foi viabilizado por esta Assembleia e como não viabilizámos completamente o orçamento, vamo-nos abster em relação a esta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Anteproposta de Lei que, em nosso entender, grande parte da sua discussão faz parte de uma discussão ainda recente do Plano e Orçamento para o ano em curso.

De qualquer modo, pensamos que é sempre importante procurarmos pensar um pouco sobre a política de endividamento da própria Região e se não fosse por outro motivo, esta ocasião a isso permite.

No entanto, tivemos a preocupação, quando procurámos aprofundar um pouco esta matéria, de verificarmos o que é que vem da Comissão em relação a este assunto.

Efectivamente, pensamos que é fundamental, ao analisarmos qualquer documento, que em cima das nossas mesas e por parte das Comissões, no mínimo, se cumpra o Regimento.

O Regimento — volto a repeti-lo, aliás, já não é a primeira vez que o digo — no seu artigo 140.º, é claro ao dizer que "as Comissões devem habilitar o plenário em extensão e profundidade sobre as matérias".

Quando num relatório elaborado por uma Comissão sobre esta matéria leio que "ao ouvir o Sr Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento, a Comissão nada tem a opor à presente Anteproposta", eu tenho que concluir que, ou o Sr. Secretário foi lá e não disse nada, ou então a Comissão não conseguiu aperceber-se daquilo que o Sr. Secretário disse. A conclusão é óbvia.

O nosso Regimento não obriga as Comissões a emitirem nos seus relatórios juízos de valor sobre a matéria. As Comissões têm que aprofundá-la e depois têm que emitir o seu parecer.

Em termos de relatório, de acordo com este Capítulo II, a nossa posição é de que a Comissão não cumpriu o Regimento.

Em relação à matéria propriamente dita, a nossa postura será de voto favorável, porque consideramos que é importante que o Governo Regional execute o seu plano de investimentos para o ano em curso.

De qualquer modo, gostaríamos que ficasse claro se com as receitas transferidas do Orçamento de Estado, as receitas geradas e o empréstimo, o Governo Regional tem condições financeiras efectivas de que o plano de investimento aqui aprovado para o ano de 1998 irá ser executado no decurso deste ano?

Não é inocentemente que fazemos esta pergunta, porque estamos convencidos de que a receita arrecadada pela Região no ano de 1997, está aquém daquilo que era previsto no orçamento em questão.

Oxalá que as nossas contas estejam enganadas, porque se em termos de receitas próprias estamos a diminuir, ou se os orçamentos aprovados estão empolados em relação a essa receita, isto é um mau princípio.

Por isso, gostaria de ouvir algo sobre a matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em função daquilo que acabei de dizer e neste pressuposto de que este empréstimo irá contribuir para a execução do plano aqui aprovado, nós vamos votar favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou entrar agora em discussão sobre a necessidade dos 12 milhões, porque isso já está adquirido e foi aprovado por esta Assembleia em Novembro passado. O que se trata agora é apenas da utilização de um instrumento que se prende precisamente com o aumentar da concorrência, relativamente às instituições de crédito mutuantes candidatas a este empréstimo.

De qualquer das maneiras, queria também referir que para além da baixa natural das taxas de juro, é óbvio que as condições relativas que se conseguiram para o empréstimo de 1997, foram melhores do que as de 1996 e isto certamente que deriva do facto do rating notação da Moody's— que é uma agência de notação internacional — ter observado a Região, ter feito um relatório datado também de Novembro de 1997 e de ter referido que o "rating" para esta operação está baseado no orçamento prudente da Região, como estrutura conservadora — "Conservative Financial Position" —, e reflecte os laços estreitos que ligam a Região a Portugal Continental.

Por isso, o "rating da Região" é positivo, tendo em conta o orçamento prudente e o crescimento económico projectado e que foi tido em consideração por esta agência de notação de atribuição de "ratings".

Daí termos conseguido taxas mais vantajosas do que no ano anterior, medidas avaliadas pelo "spread", porque enquanto o "spread" foi de 7,75 pontos base, é francamente superior ao de 4 e foi precisamente isso que se conseguiu.

Para além disso, as despesas ligadas à emissão também foram substancialmente mais baixas, o que quer dizer que as negociações das taxas de juro medem-se pelo risco que as instituições financeiras atribuem à Região, ou seja, quanto menor for o risco, melhores taxas de juro teremos.

Como nós estamos convencidos de que para o ano o risco da Região será ainda menor, estamos também convictos que as taxas que nós obtivermos nos mercados ou nacionais ou internacionais, reflectirão este menor risco e daí que tenhamos em conta e tentemos negociar as melhores condições possíveis para o financiamento que a Região já está autorizada a fazer, quer por esta Assembleia, quer pela Assembleia da República.

É esta a nossa obrigação e será com muito gosto que eu para o ano virei a este plenário dizer que as condições foram ainda melhores do que as conseguidas este ano. É esta a nossa obrigação e é este o nosso desejo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência do que aqui já foi referido, gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta autorização, até porque a mesma já está implícita, quer no Orçamento de Estado, quer no Orçamento Regional.

Neste momento, o que estamos a fazer é dar a possibilidade de o Governo recorrer ao mercado externo, porque o mercado interno já estava autorizado.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Valadão, de facto, eu não sei porque é que eu devia pôr mais informações no relatório, porque aquilo que está lá já refere para que é que são os 12 milhões e essa questão já foi discutida nesta Assembleia.

Neste momento, tal como já disse, só estamos a autorizar o Governo a recorrer ao mercado externo.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Nós estamos aqui a analisar uma Anteproposta de Lei que se prende com a autorização efectiva que a Região tem em relação aos empréstimos, porque com a aprovação do Plano e Orçamento, nós aprovámos a necessidade de um empréstimo, mas só perante esta Anteproposta de Lei e a sua posterior aprovação na Assembleia da República, é que a Região está autorizada a negociar o empréstimo. Esta é a realidade.

Sem esta lei aprovada na Assembleia da República, a Região não poderá contrair o empréstimo, por isso mesmo nós entendemos que no relatório, esta matéria teria que ser abordada com maior profundidade. É este o nosso pressuposto, em função daquilo que regimentalmente é obrigação da Comissão.

Aliás, se a situação está esclarecida no documento que já foi aprovado, nós não percebemos por que razão o Sr. Secretário foi à Comissão.

A finalidade do empréstimo está na própria proposta, ou seja, é para o investimento. É isto que os Srs. dizem aqui. Aliás, os Srs. no vosso relatório dizem tão somente aquilo que faz parte do corpo da Anteproposta de Lei, não acrescentam mais nada.

Por que razão ouviram o Sr. Secretário?

Com certeza que tinham necessidade de ouvir, havia necessidade de esclarecer e o Sr. Secretário viu também essa necessidade.

Nós pensamos que teria que haver mais cuidado nestas matérias.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção prende-se mais com a questão final levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Na minha opinião, estas questões são pertinentes e quando um deputado nesta Assembleia coloca as questões da maneira como elas foram colocadas, isto merece a nossa participação.

Como sabem, eu sou membro dessa Comissão. O que eu vou dizer tem em conta esse estatuto.

Julgo que as observações feitas aqui pelo Sr. Deputado Paulo Valadão são pertinentes, sobretudo em relação a este relatório e em relação a outros relatórios e a outras situações.

Na minha opinião, as Comissões não têm que entender estas observações como críticas negativas, mas como uma chamada de atenção, porque o Sr. Secretário esteve na Comissão e os membros que lá estavam tiveram a honra de ter a sua presença, de trabalhar com ele e ouvir um conjunto de explicações que já hoje foram dadas aqui de viva voz ao plenário, mas no fundo privilegiou os membros da Comissão, quando as mesmas foram lá colocadas directamente.

Estou certo que se, porventura, tivesse sido opção da Comissão ter incluído uma síntese das informações prestadas pelo Sr. Secretário isso iria constituir uma informação adicional que iria enriquecer o relatório.

Julgo que este foi um dos aspectos aqui observado e como o relatório foi distribuído previamente, os restantes 39 Deputados desta Assembleia teriam tido a faculdade de preparar melhor — se me é permitido o termo — a discussão desta matéria, porque tinham acesso a maior informação. Essa é uma das tarefas dos relatórios.

Eu, como membro da Comissão, embora não tendo nenhum papel relevante na Mesa da mesma, julgo que é positivo esse tipo de observação e até mesmo subscrevo-a, porque temos que melhorar os nossos trabalhos e muitas vezes nós facilitamos, uma vez que temos a informação e acabamos por não transmiti-la no documento.

Com isto estamos a ser um pouco egoístas e estamos a penalizar os Srs. Deputados que não fazem parte das respectivas Comissões.

Esta é a nossa posição sobre este assunto e reconhecemos que a observação é pertinente.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções, vamos considerar encerrado o debate na generalidade e vamos passar à votação do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Anteproposta de Lei, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Anteproposta de Lei referente aos "Empréstimos externos a contrair pela Região Autónoma dos Açores em 1998", foi aprovada na generalidade com 23

votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 24 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Vamos passar de seguida à discussão na especialidade e vou pôr à votação os seus dois artigos, visto que o último é a entrada em vigor e julgo que não deve suscitar problemas.

Está aberta a discussão.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos passar à votação dos artigos 1.º e 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 1.º e 2.º foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 24 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, em votação final global, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Anteproposta de Lei foi aprovada, em votação final global, com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 24 votos de abstenção do PSD e 3 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Parecendo não haver declarações de voto, a redacção final está cometida à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos passar ao ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, à **Proposta de Resolução** sobre "**Limite de avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1998**".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a Presidência das Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Trata-se também de mais um instrumento financeiro que o Governo solicita a esta Assembleia para que lhe seja concedido, porquanto poderá haver necessidade de utilizá-lo em 1998.

O limite solicitado este ano é de 3 milhões de contos, portanto, inferior em 5 milhões de contos ao pedido e utilizado o ano passado. Nós pensamos que para este ano, os 3 milhões serão suficientes para fazer face à possibilidade de pedidos de aval ao Governo.

Concretamente, esta operação destina-se a uma empresa pública que não conseguiu utilizar o aval que lhe foi concedido este ano pela Região Autónoma.

É uma operação feita para uma empresa pública, mas por ser contraída junto de um vínculo especial de financiamento internacional, o banco líder da operação está a levantar algumas dificuldades e dúvidas quanto à legitimidade de ser concedido um aval a esta empresa pública, porquanto, neste momento, tem dúvidas quanto à possibilidade da existência do aval, na medida em que poderá infringir uma directiva comunitária que proíbe a concessão de avales às empresas, precisamente para não falsear as leis da concorrência.

Esta questão está em estudo e se ela for resolvida ainda este mês, provavelmente este aval não será necessário, mas como não se vislumbra que esta dificuldade seja superada este mês, é provável que seja preciso conceder um novo aval a esta empresa pública para substituição daquele que, embora concedido, não foi utilizado.

Gostaria também de referir que a intenção deste Governo Regional é utilizar apenas este mecanismo de aval em última instância, porquanto nós entendemos que os projectos, os empresários e as empresas valem por si.

No entanto, poderá justificar-se que para uma empresa pública poder recorrer em melhores condições ao mercado de capitais, haja necessidade de um aval por parte do Governo e, somente, nesta altura é que nós utilizaremos este aval. É o caso em presença.

Nós não vemos, neste momento, necessidade de outros pedidos de aval. Porém, se houver, isto é, se se justificar e se o Governo já tiver usado este plafond de 3 milhões de contos que está solicitado à medida das necessidades detectadas neste momento,



nesta altura não hesitaremos em solicitar a esta Assembleia uma nova resolução para a utilização de um novo limite.

No entanto, e como já disse, como não é intenção deste Governo utilizar esta possibilidade para além do estritamente necessário e nos casos tipificados já em próprio Decreto Legislativo nesta Assembleia, não vemos necessidade de virmos novamente pedir uma nova resolução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

No relatório que nós temos aqui e de acordo com as suas palavras, o Governo Regional solicita 3 milhões de contos para um empréstimo a contrair pela SATA.

Se fosse possível, gostaria que nos esclarecesse o destino dessa quantia.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a apreciar uma Proposta de Resolução para fixar o limite máximo de avales a conceder pela Região no ano de 1998.

Como membro da Comissão, eu tenho que, de algum modo, subscrever aquilo que disse há pouco o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Efectivamente, a informação que o Sr. Secretário acabou de dar e a informação que o Sr. Deputado acabou de solicitar, foi-nos dada na Comissão e é relevante.

Anteriormente, penso que essa informação não era muito relevante para tomarmos a nossa decisão, mas é bom que se diga que foi por causa dessa explicação que o Sr. Secretário foi à Comissão e não por causa dos empréstimos externos, porque empréstimos externos são isso mesmo e nós já sabemos por que é que quer aquela autorização, ou seja, para ter melhores condições, mas ainda não as conhece.

De facto, há aqui matéria e informações que são relevantes para a decisão, porque uma coisa é um acréscimo de endividamento e outra coisa é a renegociação de um empréstimo que julgo que é o caso.

Antes de pôr aqui a posição do Partido Social Democrata sobre este assunto, e porque sei qual é a resposta que nos vai dar, que não deve ser muito diferente daquela que nos deu na Comissão, apesar disso, prefiro prescindir agora de fazer a minha intervenção final sobre este assunto e voltar daqui a pouco a dar a nossa posição e esperar pela resposta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou repetir aquilo que disse na Comissão e vou repeti-lo, porque infelizmente o Sr. Deputado não estava presente...

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Eu não faço parte dessa Comissão!

**O Orador:** Eu não sabia, desculpe!

Pensei que fazia parte dela e que não esteve presente por dificuldades de transporte ou outra coisa.

Trata-se de uma operação negociada pela SATA para substituição de empréstimos concedidos a ela e avalizados pelo Governo.

Trata-se aqui de uma reformulação de empréstimos, não aumentando o seu montante, porque já havia sido concedido um aval de 3 milhões de contos, mas porque essa empresa encontrou algumas dificuldades que como referi derivadas de algumas dúvidas do banco mutuante na operação, e como elas não vão ser esclarecidas em tempo oportuno, para esta operação se efectuar, haverá necessidade de haver um novo aval por parte da Região.

É precisamente esta concessão de aval que está em causa, ou seja, para substituir um outro dado e que não foi utilizado.

Não há um aumento de responsabilidade. Há apenas um desfasamento temporal na sua utilização, ou seja, um não vai ser utilizado em tempo útil e oportuno e será substituído por outro que é precisamente o caso em apreço.

Não há aumento de responsabilidade de avales por parte da Região e, como já disse e repito, é objectivo deste Governo diminuir a responsabilidade da dívida indirecta que é precisamente esta dos avales.

No quadro que tive oportunidade de distribuir na Comissão, os avales concedidos ou amortizados em 1997, no montante de 4 milhões e 387 mil contos, vêm diminuir a responsabilidade global dos avales concedidos pela Região que, como acabo de referir, não vai ser aumentada não obstante eu agora estar a solicitar esses 3 milhões de contos, mas é precisamente para substituir um outro aval já concedido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, peço a palavra para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta Proposta de Resolução e, em segundo lugar, para me penitenciar (aqui sim), porque o Sr. Secretário entregou este documento na Comissão para ser distribuído e a Mesa da Comissão não juntou este documento ao relatório. Aqui, sim, há pecado!

Continuo a achar que era difícil fazer um relatório melhor em relação aos empréstimos, mas aqui a culpa foi minha, penitencio-me e vou fazer chegar uma cópia ao Sr. Deputado e a quem necessitar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Anuncio que o Partido Popular irá votar favoravelmente esta Proposta e realço aqui — o Sr. Secretário já referiu e para nós é um ponto fundamental — que cada vez menos a Região está a fazer uso desse instrumento, sendo essa a sua política, o que traduzirá gradualmente numa clara diminuição da dívida pública indirecta, das responsabilidades indirectas da Região e, por outro lado, dar conta que cada vez mais as relações entre o sector público e o sector privado também se farão em bases de igualdade, porque como sabem o sector público da Região é grande utilizador deste instrumento.

De resto, a própria situação financeira das suas empresas também pode contribuir actualmente para a dispensa desse mesmo instrumento.

Na nossa perspectiva, esta é uma política que está a caminhar no bom sentido e por conseguinte fazemos votos que dentro de pouco tempo este ritual da Região deixe de existir, ou seja, esta Assembleia estar a fixar anualmente limites para avales.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando à apreciação desta Proposta de Resolução, é nosso entendimento que o Governo, na qualidade de accionista das empresas públicas, deve criar todas as condições para que elas possam exercer a sua actividade com os menores custos possíveis.

É óbvio que os custos financeiros nas empresas têm cada vez menor peso, mas ainda têm um peso apreciável. E têm menor peso por duas razões:

Primeiro, porque o nível de endividamento baixou muito e pelas razões de todos conhecidas.

Segundo, desceu porque as próprias taxas de juro estão a baixar.

Mesmo assim, tem um peso específico e tudo o que se puder fazer para reduzir em um ponto, ou em dois pontos ou até mesmo em meio ponto base os custos financeiros e as taxas de juro praticadas pelo mercado relativamente a essas empresas, deve ser feito pelo Estado ou pelo Governo no caso da Região, porque é essa a sua obrigação como accionista.

Nesse sentido, consideramos que esta Proposta além do mais, vem substituir um aval já concedido, porque trata-se da renegociação de empréstimos já existentes, não se trata de um acréscimo de endividamento e por tudo isso damos o nosso voto favorável à concessão deste limite de avales, no pressuposto de que as empresas públicas poderão beneficiar desta situação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nosso voto em relação a esta Proposta de Resolução, naturalmente será favorável.

Efectivamente, consideramos que, neste momento, o endividamento indirecto da Região tenderá a diminuir com alguma naturalidade.

De qualquer modo, falou-se num documento e agradecia que o Sr. Presidente da Comissão o fizesse chegar, na medida em que tenho todo o interesse em vê-lo. O facto de não o ter dificulta um pouco o meu raciocínio, mas de qualquer modo penso que seria importante que o Governo Regional, se o não fez chegar ou se não incluiu nesse documento o estado actual do endividamento indirecto, há todo o interesse que o faça. Se está incluído eu não vi e lamentavelmente não posso fazer a minha intervenção com base nisso.

No entanto, Sr. Secretário, se V. Exa. tivesse dito que o limite de avales era superior a este e destinava-se a comprar mais um dornier para poder favorecer melhor as ilhas do Grupo Ocidental, eu também votaria com muito gosto favoravelmente.

Porém, hoje, há uma postura completamente diferente do que aquela que tivemos no passado recente, inclusivamente o ano passado, com a diminuição este ano do limite de avales e conforme o Sr. Secretário diz, a tendência será para diminuir a dívida indirecta.

Como disse, há todas as razões para darmos o nosso voto favorável a este pedido de aval tão pequeno, tão limitado e tão objectivo.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução que "estabelece o limite máximo de avales a conceder pela Região em 1998", mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Fica entregue à Comissão de Economia, Finanças e Plano para redacção final.

Passemos ao ponto n.º 3 da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de Resolução** sobre a "**Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1994**".

Está aberta a discussão sobre esta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mercê de toda a tramitação desta matéria, neste momento, estamos a fazer a avaliação política de uma conta referente a um ano em que os actuais responsáveis pelo executivo são outros.

Em nosso entender, não faz grande sentido fazermos uma análise muito profunda em relação a esta matéria, porque quem foi responsável por esta execução, hoje está na oposição e não se pode assacar responsabilidades a quem está no Governo sobre o que aqui está em causa.

Perante esta situação, o nosso voto será o de abstenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelas razões que são sempre razões de fundo, de tempo e de desfasamento, e esta por excelência julgo que deve ser o caso, estamos a fazer uma apreciação política 4 anos depois e com a particularidade, como lembrava o Sr. Deputado António Meneses, de não termos governo. Eu diria que seria excelente que alguém retirasse esta conta, mas pelos vistos ninguém retira este documento, o que seria óptimo, uma vez que ele já não tem dono.

Porém, vamos ter oportunidade de apreciar muito rapidamente contas dos anos subsequentes, e essas já mais fresquinhas, que no fundo mantêm o mesmo problema e o mesmo desequilíbrio.

O que está aqui em causa, e como na altura nós dizíamos, é que já estávamos numa fase em que o descalabro financeiro da Região evoluía à velocidade de cruzeiro. Era já imparável.

Nitidamente, estávamos perante um caso mais ou menos perdido. Era uma patologia demasiado grave e isso coincidia a nível nacional onde o Primeiro-Ministro era o Prof. Cavaco e Silva, de forma que isso faz parte da história mais ou menos cinzenta do nosso processo autonómico e, sobretudo, da nossa situação financeira.

De qualquer maneira, permitam-me — como quem olha para um documento histórico que estivesse num arquivo — fazer uma observação ao nível das despesas correntes.

Um dos males quando estamos a discutir os orçamentos, é que não há a preocupação de verificar as contas. Esse orçamento foi discutido em Novembro de 1993 e agora, em Fevereiro de 98, estamos a fazer a avaliação daquilo que se passou.

O Governo Regional da altura tinha tentado convencer a maioria desta Assembleia Regional, de que iria cobrar como receitas correntes 55,3 milhões de contos. Verificamos agora, que só se cobraram 45,1 milhões de contos.

Em 94, já estávamos perante um défice de 10.1 milhões de contos ao nível do orçamento corrente.

Curiosamente, nas despesas de capital, a execução não traduziu grandes desvios face ao que estava orçamentado.

Portanto, esta é uma matéria em relação à qual estamos todos mais ou menos conversados.

As execuções materiais dos planos também são tradicionalmente uma peça da nossa forma de fiscalização e isso já foi aqui referido.

Estamos a falar em contas e, por isso, era bom relembrar ao Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento que é preciso actuar rapidamente, fazendo chegar a este Parlamento a informação disponível para o ano de 1997. Pode acreditar que é complexa e, direi mesmo, é tecnicamente dramático para o papel dos deputados desta Assembleia poderem fazer o acompanhamento da acção governativa do ano anterior, a única que diz respeito a este Governo e a informação é nula ou quase nula.

Por conseguinte, a dívida pública regional que na altura já começava a preocupar, não só os sectores mais atentos, mas o próprio Tribunal de Contas que durante muitos anos também teve um espírito muito compreensivo em relação à política vigente.

Já em 94, cautelosamente, começava a dizer alguma coisa sobre a derrapagem da dívida, mas isto são assuntos passados e agora temos é que nos preocupar com a dívida do actual Governo.

O Partido Popular ainda não decidiu qual a sua posição em relação a esta votação, mas daqui a pouco veremos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma pequena intervenção sobre a Conta de 94. Esta conta refere-se a um governo que já não está a reger a Região.

O documento em discussão é a Conta da Região de 94, um ano em que o PS ainda não tinha responsabilidades políticas.

Nessa conta pode-se ler no relatório da Comissão o seguinte:

" A taxa de execução das receitas fixou-se em 86,4% o que é muito pouco.

Uma baixa taxa de execução inferior à do ano anterior e que demonstra que as receitas no Orçamento estavam sobreavaliadas, designadamente as receitas fiscais.

A taxa de execução das despesas foi de 86%, embora nas despesas correntes fosse 94% e as despesas do Plano foram de 80%, o que demonstra uma certa incapacidade de investir, mas também derivado da tal baixa execução das receitas.

Em matéria de subsídios, o Tribunal de Contas refere que a Administração Regional deixa transparecer uma falta de controlo sobre esta matéria.

Quanto à dívida pública regional, em 94 voltou a crescer de forma significativa, só que visto agora à distância, já não tem a importância que tinha então, porque a Lei de Finanças das Regiões Autónomas se encarregou de amortizar 110 milhões de contos".

No entanto, e só para constar, diz-se que em 31/12/94, a dívida consolidada ascendia a 112 milhões de contos, incluindo aqui os 2 milhões de contos da dívida dos serviços e fundos autónomos, a dívida à Caixa Geral de Depósitos e a dívida garantida.

Quanto às conclusões e às recomendações do Tribunal de Contas, eu cito algumas:

- não foi respeitado o princípio da anualidade;
- não foi respeitado o princípio da plenitude;
- não foi respeitado o princípio do equilíbrio;
- não foi respeitado o princípio da especificação;
- a Conta da Região permanece omissa em relação aos fluxos financeiros da Comunidade Europeia, subsídios, créditos e outras formas de apoios concedidos pelo Governo Regional, bem como a informação completa sobre a dívida pública.

"Relativamente à dívida, o ritmo do aparecimento patenteado causa alguma preocupação" — dizia então o Tribunal de Contas.

Se posso dizer alguma coisa, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz votos para que a Conta de 97, da responsabilidade já do Governo do Partido



Socialista, não traga as ineficiências e as situações que o Tribunal de Contas faz referência e que já referi anteriormente.

Por esta razão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abster-se-á na votação.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a apreciar uma conta que como já aqui foi dito, não é da responsabilidade deste Governo e o responsável pela pasta que nesta altura executou este Orçamento e que conduziu à elaboração desta conta não está presente.

De qualquer forma, o Partido Social Democrata assume as suas responsabilidades e, nessa medida, aqui estamos para fazer a nossa apreciação.

Pese embora alguns reparos e recomendações feitos pelo Tribunal de Contas, penso que se deve registar que ao longo dos anos e ao longo dos sucessivos governos, tem sido feito um grande esforço para aperfeiçoar permanentemente a apresentação da conta.

A Administração Regional tem 20 anos. Apesar disso, 20 anos é muito pouco nestas coisas e o Tribunal de Contas está instalado na Região há menos tempo do que isso.

Portanto, há todo um processo de aperfeiçoamento, de adaptação da máquina administrativa, de adaptação dos procedimentos e há sem dúvida no próprio parecer do Tribunal de Contas — isso é claro e transparece — uma vontade permanente e anual de aperfeiçoar a forma de apresentação.

Julgo que é mesmo isso que o Tribunal de Contas quer dizer, quando no seu parecer diz que não se regista ainda um cabal cumprimento de todas as recomendações, mas registo substancialmente já muitas e muitas melhorias relativamente àquilo que eram as primeiras contas apresentadas pela Região.

Penso que em função disso, o relatório do Tribunal de Contas que a Comissão acabou por secundar, "emite um parecer globalmente positivo..." — e estou a citar — "... à Conta da Região". Isto está no parecer do Tribunal de Contas, como está aqui no parecer da Comissão cujo relator e presidente estão aqui presentes.

O Grupo Parlamentar do PSD adopta as conclusões da Comissão e, nessa base, vota favoravelmente a Conta da Região.

**Presidente:** Vamos dar por encerrado o debate e vamos passar à votação desta Proposta de Resolução sobre a Conta de 94.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 24 votos a favor do PSD, 23 votos de abstenção do PS, 3 votos de abstenção do PP e 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Esta Proposta de Resolução fica cometida à Comissão de Economia, Finanças e Plano para redacção final.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, ou seja, o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução relativa à "Eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Comité das Regiões"**.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas palavras apenas para justificar a urgência desta Proposta e informar a Câmara de que esta Proposta de Resolução inicialmente subscrita pelo Partido Socialista, já foi subscrita por todos os partidos políticos aqui representados.

Como é sabido, o Comité das Regiões é um órgão importante da União Europeia.

Trata-se de um órgão de consulta onde as regiões estão representadas inclusive a nossa Região.

Esta semana decorre uma primeira sessão, porque o mandato tem a duração de 4 anos e terminou agora e a próxima sessão do Comité das Regiões é no dia 12 de Março.

Como este plenário vai reunir depois desse dia, há toda a urgência que os nossos representantes sejam designados antes dessa data.

Portanto, a justificação da urgência é esta.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar na sequência do que estava previsto na nossa ordem de trabalhos, ao ponto 5.º, ou seja, à **Proposta de Resolução** sobre a "**Eleição dos representantes da Região Autónoma dos Açores no Comité das Regiões**".

Havia uma proposta original do Partido Socialista, mas já deu entrada uma proposta de substituição e devo entender que é esta segunda proposta de substituição que deve ser posta à discussão.

Está aberta a discussão sobre a Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós sabemos que no Programa do Governo aprovado nesta Casa, embora não tivesse merecido a aprovação do Partido Social Democrata, constava a ideia de ser sufragada pela Assembleia os representantes da Região no Comité das Regiões.

Pese embora tal facto, o Partido Social Democrata foi do entendimento — e temos a certeza e os outros partidos também subscrevem — de que feita a Revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, esta Assembleia tinha a possibilidade de clarificar esta matéria no Estatuto, ou seja, tinha a possibilidade de determinar na Lei do Estatuto que os representantes da Região no Comité das Regiões fossem eleitos pela Assembleia Legislativa Regional. Tendo possibilidade de fazê-lo, esta Assembleia, deliberadamente, não o quis fazer, ou seja, não esclareceu este aspecto e dá uma nota de que poderia haver outras soluções para se chegar e acautelar os mesmos objectivos.

Foi por isso e sobretudo por isso, que o PSD fez uma proposta — aceite agora e por toda a Assembleia — segundo a qual, se atingem os mesmos objectivos que constavam do Programa do Governo, embora por via diferente.

Se o que se procura é que os representantes da Região no Comité das Regiões vejam reforçada a sua legitimidade democrática, o que é questionável porque como se sabe ou são membros eleitos ou são membros que respondem perante órgãos eleitos e seria certamente o caso do Governo, nós entendemos que uma vez que esta Assembleia entende que os representantes da Região no Comité das Regiões devem ser os

Secretários Regionais, o Presidente do Governo, ou quem o Governo entender, sendo unânime este entendimento, não nos parecia boa solução que houvesse uma eleição.

Se esta Assembleia fizer uma resolução como esta que está em cima da Mesa, que preconiza que o Governo deve nomear os representantes da Região para o Comité das Regiões, é a própria Assembleia que está a legitimar essa nomeação por parte do Governo. Ou seja, o Governo nomear representantes sem a Assembleia dizer o que o Governo deve fazer, seria certamente diferente.

Se o que se procura é legitimar democraticamente esta opção, então basta uma resolução do Parlamento que diga que é o Governo que deve indicar os representantes da Região no Comité das Regiões e com isso não se corporiza uma solução que vem ao contrário daquilo que foi a intenção do legislador no Estatuto Político-Administrativo e também não se vai ferir o objectivo que o Governo tinha nessa matéria.

É por isso que agora está perante a Mesa uma proposta de substituição que preconiza que os representantes da Região no Comité das Regiões, serão membros do Governo por este nomeados.

É evidente que esta solução parte também de um princípio que parece ser pacífico, ou seja, as características, as competências, os objectivos e a legitimidade do Comité das Regiões, não é compaginável com a participação de membros que não sejam os membros do Governo e o Grupo Parlamentar do PSD tem isso como um dado adquirido.

Não fazia sentido apresentar, por exemplo, na Assembleia Legislativa Regional propostas, candidaturas de deputados ou de pessoas exteriores à Assembleia que não fossem membros do Governo, porque não faz sentido que o Governo não tenha, ele próprio, o direito e a possibilidade de, conduzindo a política externa, embora com orientações da Assembleia e do seu Presidente, ter os seus representantes no Comité das Regiões.

O PSD sempre entendeu que se por hipótese um deputado desta Casa fosse eleito por um Comité desta natureza, era a própria Assembleia que se iria minorizar, porque o deputado que representaria a Região não poderia, por via da solidariedade institucional que é exigida quando se está para além fronteiras, de fazer o contrário

daquilo que o Governo quer. Então faríamos do membro do Parlamento um porta-voz especialmente autorizado só para legitimidade democrática do Governo e se é para isso, então o Governo que nomeie, sendo certo que a Assembleia lhe dá esta faculdade.

Julgamos que esta solução não vai ferir os princípios democráticos, atinge-se a procura, que pelo visto era preocupação do programa do Governo, da legitimidade dessa representatividade, não se minoriza o Parlamento que por sua vez assume uma posição importante nesta matéria tudo fica resolvido. Ou seja, esta Assembleia só teria que eleger os representantes da Região no Comité das Regiões, se entendesse que podiam ser outros que não os do Governo.

Se toda a gente acha que quem deve representar a Região no Comité das Regiões são os membros do Governo, não faz sentido que a Assembleia vote neles próprios.

Não faz sentido e não conheço muitos exemplos desta natureza e só faria sentido em outro tipo de órgãos e instituições, como por exemplo o Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, em que a participação da Região nessa matéria, não tem a ver com aquilo que é o fio condutor e os protagonistas do executivo. Aí o PSD preconiza outro tipo de soluções e está disponível para, num entendimento sobre estas e outras matérias da representatividade da Região, chegar a consensos para encontrar outro tipo de soluções.

Nessa matéria, pareceu-nos que era mais avisado seguir este objectivo, sobretudo depois de no Estatuto Político-Administrativo ninguém nesta Casa ter querido deliberadamente encontrar essa solução.

Não nos pareceu correcto que face a uma proposta concreta que não fez valimento nem vencimento na Revisão do Estatuto, se quisesse agora por via de resolução resolver o problema.

Assim, todos ficarão satisfeitos e julgo que o Governo tem aquilo que é de direito próprio do Governo, o Parlamento não sai secundarizado e tem uma palavra importante a dizer.

É esta a justificação desta solução que o PSD lançou para reflexão e que felizmente teve merecimento junto de todos os grupos parlamentares.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo Regional dos Açores aprovado nesta Casa em Novembro de 96, dizia claramente como foi aqui referido que "os representantes da Região devem ser eleitos pela Assembleia Legislativa Regional e não designados pelo Governo como atentam."

"Pretendeu desta forma, o Governo Regional, que os representantes da Região nessa instância comunitária estivessem legitimados por uma decisão do Parlamento Regional".

Dizia-se ainda no texto do Programa do Governo que "a presença dos representantes dos Açores no Comité das Regiões deverá servir não só para uma participação activa nas orientações de desenvolvimento regional, mas ainda para fazer chegar a todos os sectores da sociedade e da economia açoriana, as informações relevantes sobre os debates e propostas em discussão nos órgãos de decisão da União Europeia".

Este era o texto do Programa do Governo Regional que aqui foi aprovado.

Numa primeira instância, o Governo Regional não poderia deixar, uma vez que este programa foi aprovado aqui, de o cumprir até termos apresentado esta Proposta de Resolução que nomeava o Sr. Presidente do Governo Regional e o Sr. Secretário Regional das Finanças para desempenharem esta representação no Comité das Regiões.

Foi esta a intenção. Por um lado, de cumprir o Programa do Governo e por outro, de legitimar ainda mais essa representação.

Reconhecemos que é difícil para um deputado desta Casa exercer estas funções, até porque estas tarefas finais que constam deste Programa do Governo, dificilmente podem ser desempenhadas com eficácia sem ser exactamente pelo executivo regional.

Posteriormente à aprovação do Programa do Governo, também é verdade, como já foi aqui referido, que na Comissão de Revisão do Estatuto esta situação foi ponderada e caminhou-se no sentido de ser o executivo a representar a Região neste órgão e a proposta que está hoje na Assembleia da República contempla já esta matéria com esse sentido.

Feitas estas considerações e debatida a questão entre as diversas representações parlamentares, chegou-se a uma solução de consenso que me parece interessante, porque por um lado, como foi aqui referido, não minoriza a Assembleia nem o Governo, é uma posição consensual em que é reconhecido de facto de que o Governo Regional tem melhores condições para desempenhar com eficácia estas funções no Comité das Regiões e ali defender os interesses da Região Autónoma dos Açores.

Esta proposta de substituição foi subscrita por todos os partidos políticos aqui representados. O PS está de acordo com ela e está satisfeito com a solução encontrada.

A legitimidade que o Governo pretendia foi alcançada e o reconhecimento que deve ser o executivo a tratar destas matérias também foi alcançado.

Pela nossa parte, naturalmente não só subscrevemos como vamos votar favoravelmente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como primeiro aspecto sobre esta matéria que estamos a analisar, na nossa opinião, em relação à representação externa da nossa Região, quer seja no Comité das Regiões, quer seja noutros órgãos, há todo o interesse em que de facto essa representação seja unanimemente aceite por esta Câmara.

Pensamos que assim, aqueles que lá nos representam, levam uma legitimação que lhes dá mais capacidade de se sentirem como legítimos representantes de toda a Região.

Penso que aqueles que nestes órgãos têm a representação da Região, devem sê-lo com a *agreement* de toda a Região e isso passará por este entendimento que neste caso concreto tivemos e que penso que é útil e seria importante termos em relação a todos os outros casos.

Estamos de acordo que a Assembleia sairá prestigiada ao resolver que o Governo nomeie os seus representantes, mas pensamos que o próprio Governo sai prestigiado com o facto da Assembleia determinar que ele próprio nomeie os seus representantes. Pensamos que é uma boa solução e vamos dar o nosso voto favorável como é natural.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos que está praticamente tudo dito.

O facto de ter sido salientado que a proposta é unânime e subscrita por todos os grupos parlamentares, também nos obriga a essa formalidade de expressarmos objectivamente a nossa concordância e nos congratularmos — e julgo que isso é importante salientar — com a capacidade demonstrada pelos intervenientes e nomeadamente pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Social Democrata de terem encontrado uma solução que tem as qualidades que já foram aqui por todos enunciadas.

Isto possibilita que se saia nesta matéria com uma solução que agrada a todos e isso foi mérito do bom senso e da capacidade de encontrar a solução, quando se eventualmente cada parte não tivesse a capacidade de diálogo e de encontrar os pontos convergentes nas duas propostas iniciais, estaríamos aqui a puxar cada um para o seu lado e a sair com uma solução que não agradaria a todos.

Portanto, acho que a Assembleia é que está de parabéns e da nossa parte subscrevemos a proposta de substituição com todo o gosto.

**Presidente:** Encerrado o debate, vamos passar à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução presente na Mesa, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Com esta aprovação, terminamos os nossos trabalhos por hoje, voltaremos amanhã pelas 10.00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos que passo a enunciar:

— Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "alterações à orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa Regional";

— Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a "Protecção do Património Florestal Regional";

— Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde";



— Proposta de Decreto Legislativo Regional, "Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto — Apoio à Habitação".

Muito boa noite. Até amanhã.

*(Eram 20.10 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** — Élio Valadão, Francisco Oliveira, Rui Pedro Ávila; **PSD**: Victor Cruz; **PP**: Alvarino Pinheiro)*

*Deputado que faltou à Sessão **PS**: José Nascimento Ávila)*

—

**A Redactora de 2.ª Classe:** Maria da Conceição Fraga Branco